

O SUCESSO DE UMA POLÍTICA*

Interrogações sobre os efeitos sociais de ações políticas

Sylvain Maresca**

RESUMO

A política francesa de auxílio à instalação de jovens agricultores é um exemplo de incitação pública, cuja eficácia é duvidosa (não há mais chefes de exploração agrícola que se instalam e nada prova que eles o façam em melhores condições), mas cujo sucesso político é certo. Sua análise detalhada permite colocar em evidência o pequeno impacto e sobretudo indireto, essencialmente simbólico, desse tipo de intervenções públicas nas evoluções sócio-econômicas em curso, que elas só fazem, na melhor das hipóteses, acompanhar. Mais geralmente, encontra-se assim colocado o problema complexo de múltiplas formas pelas quais o político retraduz os fenômenos sociais do momento, desde sua ignorância e ausência de intervenção até a ação voluntarista, politicamente bem sucedida ou não.

Este trabalho tem por origem o estudo que Patrick Champagne e eu realizamos recentemente sobre as transformações dos processos de sucessão, herança e instalação na agricultura francesa (cf. Champagne e Maresca: 1986; e também Champagne, 1986a e 1986b; Maresca, 1986). Buscando analisar, em particular, a forma de intervenção dos poderes públicos e das organizações profissionais sobre estas questões, deparei-me com a questão mais ampla da eficácia das ações políticas⁽¹⁾.

Neste artigo, meu objetivo será limitado apenas às *ações incitativas* que, supostamente, servem para estimular os agentes sociais a adotarem comportamentos tidos como inovadores ou, simplesmente, recomendados por serem "de interesse geral". As principais interrogações são: a ação política contribui para modificar o comportamento dos indivíduos e, se efetivamente há certas

* Traduzido do original por Afrânio Raul Garcia.

** Doutor em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, pesquisador do INRA/Paris.

(1) Este texto retoma o essencial de um artigo editado na França, nos *Cahiers d'économie et sociologie rurales*, nº 6, 1988 (revista editada pelo INPA – Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica – a que pertence). Agradeço a Vilma Figueiredo e Afrânio Garcia Jr. por terem proposto a publicação de uma versão brasileira, particularmente, a Garcia e a Licia Natsumi pela excelente tradução.

mudanças observáveis, o que se pode imputar à ação política? Quando sua eficácia social direta fosse problemática, não seria ela susceptível de produzir outros efeitos, menos imediatos ou circunscritos ao campo político, que poderiam assegurar, por si próprios, seu "sucesso" político? Finalmente, onde e como se determina o êxito de uma política?

Para tratar destas questões, permanecerei fiel a meu exemplo original, ou seja, a política de favorecimento à instalação de jovens agricultores, levada a cabo na França. Veremos que ele suscita várias reflexões de alcance geral.

A política francesa de ajuda à instalação na agricultura data de 1973. Para o essencial, e sob certas condições, o Estado bonifica os empréstimos em favor dos recém-instalados e lhes atribui uma subvenção chamada de "Dotação aos Jovens Agricultores" (DJA). O conjunto das operações é realizado principalmente através das Organizações Profissionais de Agricultores (OPA).

I. A gênese de uma política

"Somos obrigados a reconhecer que os jovens, em 1972, não são mais o que eram em 1962. Têm mais informações, vivem menos isolados, talvez sejam também mais exigentes. Algumas de suas motivações escapam mesmo às análises econômicas, sociais e até políticas. Como explicar, por exemplo, que alguns dentre eles abandonem a agricultura, larguem boas explorações agrícolas, quando ainda não estão seguros de acharem uma situação melhor em outros setores? Por que eles se vão? Sob que condições permaneceriam?" (*Jeunes Agriculteurs*, janeiro, 1972).

1. As ambigüidades de uma reivindicação sindical

Em dezembro de 1971, o Centro Nacional dos Jovens Agricultores (CNJA) (2) lançou, graças à sua revista *Jeunes Agriculteurs*, uma pesquisa nacional com vistas à preparação de seu próximo congresso. Paralelamente, contratou outra pesquisa, a ser feita por uma instituição conhecida nacionalmente, a SOFRES. Esta dupla iniciativa estava situada num contexto de luta e retomada do controle sindical. A equipe dirigente do CNJA teve que enfrentar, durante os últimos anos, uma forte contestação interna e no último congresso, em 1970, vencera por pequena margem quando se votou a tese dos opositores, intitulada: "Por um sindicalismo de trabalhadores". A partir de então, os trabalhadores chegaram a organizar-se dentro do CNJA e, depois, em 1974, criaram

(2) É um dos dois principais sindicatos agrícolas franceses. Recruta agricultores até a idade de 35 anos. Embora seja juridicamente independente, funciona na prática como a "ala jovem" de outro grande sindicato, a Federação Nacional dos Sindicatos de Titulares de Explorações Agrícolas (FNSEA). Apenas estes dois mobilizam 60 a 70 por cento dos agricultores, a tempo integral, do país inteiro.

um movimento concorrente em nível nacional dos "Camponeses-Trabalhadores" (Syndicat des Paysans Travailleurs) (3). Em 1972, as regiões sindicais que estes últimos controlavam (Oeste, Rhône-Alpes, Poitou-Charentes) recusaram-se a responder à pesquisa do CNJA, que só conseguiu, portanto, as respostas de 58 departamentos (dos 51.385 questionários remetidos àqueles departamentos, 9.817 voltaram preenchidos). Foi provavelmente para remediar essa falta de representatividade, tanto estatística quanto sindical, que as instâncias dirigentes apelaram à SOFRES. Os resultados (4) corroboravam, no global, aqueles da pesquisa sindical segundo a qual mais de 70 por cento dos jovens interrogados declaravam querer continuar trabalhando na agricultura e 87 por cento pediam que fossem ajudados a fazê-lo, em virtude do montante elevado de investimentos necessários, das dificuldades para encontrar terra e obter empréstimos. "Esta concordância confirma que a orientação atual dos CDJA e do CNJA corresponde ao que pensam e esperam o conjunto dos jovens agricultores (...) Isto representa para nós um grande apoio quando pedimos auxílios específicos para a instalação de jovens" (CNJA, Congresso, 1972. *Relatório moral*, p. 4-5).

Desde 13 de janeiro de 1972, o secretário-geral do CNJA, Louis Lauga, afirmava pelo rádio ser necessário favorecer a instalação dos jovens agricultores. No número de *Jeunes Agriculteurs*, de abril, ele reivindicava, pela primeira vez, a "Criação de uma *Dotação nacional para a instalação de jovens agricultores*", cujo princípio foi aceito pelos poderes públicos a partir do outono do mesmo ano, só que limitado às zonas de montanha.

Em nível europeu, 1972 foi o ano de lançamento de uma política de modernização das explorações agrícolas, principalmente marcadas pela criação de "planos de desenvolvimento", que reservavam condições financeiras vantajosas aos donos de explorações agrícolas que apresentassem um programa de investimentos escalonados em seis anos. A lógica mais global que essa medida subtendia fora tornada pública desde 1968 com o **Plano Mansholt**, que teve uma grande repercussão e foi alvo de acalorados debates sindicais, particularmente no interior do CNJA, onde contribuíram para cavar o fosso entre duas tendências rivais (5). Os contestatários de esquerda condenavam o que consideravam um apelo oficial para a eliminação de um grande número de agricultores; mas eles também recusavam a única lógica de acumulação de capital proposta aos que desejassem ou pudessem permanecer como agricultores, ao reivindicar uma identidade de "trabalhadores" e não a de "chefes de empresa".

(3) Para uma descrição do conflito e das questões sindicais em jogo cf. Gervais, Jollivet, Tavernier, 1971:501-511, bem como Müller, 1984:146-149.

(4) Não consegui descobrir como foi feita exatamente essa sondagem, por não ter o CNJA, ao que parece, conservado o anexo técnico do relatório.

(5) Cf. Müller, 1984. O CNJA foi a única grande organização agrícola francesa a receber favoravelmente as conclusões de M. Mansholt. As demais se distribuíram entre certas reticências exprimidas e a oposição cabal.

Ao contrário, a equipe dirigente aceitava a política de modernização anunciada, mas reclamava certas modificações: o CNJA "preconiza a ajuda e o encorajamento às explorações modernizadas, capazes de responder às exigências técnicas e econômicas de hoje e que possam, desta maneira, promover a responsabilidade pessoal de todos os homens que nelas trabalham. Pode-se considerar que as novas proposições Mansholt, com as modificações que nós devemos incluir, vão no sentido que desejamos. Quer seja através de plano ou através das novas proposições Mansholt, de qualquer forma, uma política de instalação de jovens agricultores deve ser bem definida" (*Jeunes Agriculteurs*, dezembro, 1970).

Esta última reivindicação aparece justamente como uma dessas modificações destinadas a ampliar os beneficiários dos planos de desenvolvimento, incorporando o maior número possível de jovens: originalmente, Louis Lauga de fato sugeria atribuir a nova dotação àqueles que aceitassem subscrever este tipo de plano (*Jeunes Agriculteurs*, abril, 1972), provavelmente para tornar esta forma de ajuda à modernização mais atrativa, mais vantajosa e, ao mesmo tempo, dar prioridade aos jovens agricultores em vias de se instalarem.

Pode-se ver, portanto, na lógica das reivindicações do CNJA, um compromisso entre as exigências da modernização das explorações e uma preocupação com a democratização dos auxílios públicos e a redefinição de sua destinação. Na medida em que o tema da instalação permitia mobilizar as expectativas de uma grande parte dos jovens do meio agrícola (que a pesquisa sindical indicou estatisticamente e a sondagem "cientificamente") e obter novos subsídios a seu favor, ele aparecia como tema de ação ideal para o CNJA, que buscava uma nova representatividade e sucessos sindicais. Nessas condições, ele fez da instalação uma das palavras-chave de seu vocabulário oficial e usou-a abundantemente durante os anos seguintes, numa flutuação constante entre a busca de resultados massivos e a inspiração de ações mais elitistas.

2. As oscilações dos poderes públicos

Num primeiro momento, a política estabelecida pelo Estado apresentou-se como um esforço para interromper a queda do número de instalações, tentando reverter a tendência. Esse era claramente o objetivo da primeira proposta da DJA, instituída em benefício de agricultores, instalando-se em regiões de montanha ou em zonas declaradas "difíceis", em local "onde a manutenção de um nível mínimo de povoamento e de atividade agrícola, suficiente para preservar o espaço natural, não fosse assegurado" (decreto de 4 de janeiro de 1973). Com esse fim, tal subvenção só era acessível aos jovens de menos de 35 anos que se fixassem em, ao menos, uma "Superfície Mínima de Instalação" (SMI) (6) e tivessem um nível escolar mínimo. Todas as formas possíveis de instalação

(6) SMI - "superfície mínima de instalação": trata-se de norma jurídica, cujo valor varia de uma região a outra, que serve para atribuição de subvenções públicas e, também, a partir de 1980, para o reconhecimento oficial da qualidade de "agricultor".

em regiões montanhosas não foram, assim, encorajadas por aquilo que o CNJA denominava de "prêmio ao risco".

Desde 1974, o sindicato reclamava a duplicação da DJA em zonas já delimitadas e sua extensão a todo o território nacional, pelo grande valor que representava à época. O ministro só se comprometeu no ano seguinte, declarando-se propenso "à necessidade de favorecer a instalação dos jovens, sem o que a contração da população agrícola atingirá níveis insuportáveis para a agricultura e para a nação"; porém, recomendou "buscar modalidades de concessão de ajudas de qualquer natureza, menos seletivas (subvenções, empréstimos subvencionados, bolsas)", (discurso de 4 de junho de 1975 em seminário de estudo do CNJA).

Em 6 de fevereiro de 1976, o decreto nº 76-129 estendia a toda a França o benefício da DJA, que passava a ter por objetivo, a partir daquela data, "facilitar a tesouraria dos jovens agricultores durante os primeiros anos de sua instalação". Se a definição dessa nova finalidade oferecia aos diversos agentes encarregados de aplicar sua regulamentação, a possibilidade de fazê-lo de um ângulo puramente técnico, econômico ou financeiro, sem conter "qualquer idéia de ação direta sobre o número de instalações" (Sebillotte, 1979:8), as preocupações demográficas conservaram sua importância nas zonas "difíceis" e continuaram a ser destacadas na maioria dos discursos políticos ou profissionais.

O próprio *Boletim de Informação do Ministério da Agricultura* (BIMA) — órgão oficial do Ministério — fez um longo preâmbulo aos detalhes das novas condições de obtenção da DJA, destacando a inquietação que inspirava a fraca renovação dos chefes de estabelecimento agrícola e a urgência de "estancar um êxodo rural importante" (em 27 de março de 1976). "Em definitivo, observa em 1979 um alto funcionário encarregado destas questões, somente a finalidade da ajuda tornou-se ambígua, sobretudo no contexto atual de vontade de 'voltar a crescer o número de instalações'. Nas zonas I e II (ou seja, zonas montanhosas ou desfavorecidas), este objetivo está afirmado, explícito. Em outros lugares, trata-se de ajudar agricultores que acabam de se instalar e têm necessidade de capital líquido. Isto é muito sutil e, para muitos agricultores ou para seus representantes, o objetivo 'demográfico' é o verdadeiro objetivo, devendo a DJA constituir um dos meios de atingi-lo" (Sebillotte, 1979:10).

Nessa lógica, o CNJA reclamou logo o abrandamento da regulamentação, a fim de aumentar o número de beneficiários bem mais do que em 1976 (cf. tabela 1). De fato, o decreto nº 78-125, de 2 de fevereiro de 1978, permitiu particularmente receber a DJA em caso de instalação em exploração de menos de uma SMI. Algumas semanas antes, o Presidente da República justificara da seguinte forma a preparação de uma nova lei geral de orientação para a agricultura: "É chegado o momento de estabilizar a população rural da França. É para mim um objetivo essencial" (discurso de 16.12.1977). Durante as negociações preparatórias com a profissão agrícola, ficou estabelecido que a instalação dos jovens agricultores constaria dos objetivos políticos prioritários reconhecidos no texto, o que ocorreu efetivamente na lei adotada em 4 de julho de 1980.

No final do mesmo ano, o ministro prometeu para 1º de janeiro a seguir, um aumento do valor da DJA e, em seguida, remanejou a regulamentação do decreto nº 81-246 de 17.03.1981, de uma maneira mais seletiva: à DJA deveria então ser solicitada, antes da instalação, um estágio preparatório, de no mínimo 40 horas, obrigatório para os postulantes, assim como a realização de um "Estudo de Previsão da Instalação" (EPI), compreendendo os três primeiros exercícios contábeis.

Dali por diante, a política de ajuda à instalação serviu cada vez mais para intervir sobre a fixação das condições econômicas e financeiras de acesso à profissão agrícola. O decreto nº 84-778, de 08.08.1984, suspendeu a idade mínima necessária de 18 para 21 anos e, para os menores de 25 anos, impôs como condição ser portador do Brevê de Estudos Profissionais Agrícolas (BEPA) (7) ou seu equivalente, quando preparado em formação contínua (BPA), formação escolar mínima para receber a DJA.

Por fim, durante o último seminário de estudos do CNJA, em junho de 1987, o ministro anunciou uma nova reforma para o início de 1988, trocando o critério de superfície por um "critério de renda" e prevendo a exigência em 1992 do Brevê de técnico agrícola, ou seja, o diploma de conclusão dos estudos secundários técnicos. O objetivo está expresso na exposição de motivos e no artigo 48 do atual projeto de lei "relativo à modernização da agricultura e do setor agro-alimentar" (BIMA, 16.12.1987).

A crescente seletividade – objetivamente apreensível na sucessão das regulamentações – não impediu, entretanto, que os diferentes ministros continuassem a insistir na importância demográfica das ajudas à instalação. Particularmente Edith Cresson que, na condição de ministra da agricultura da esquerda, em 1981 teve a oportunidade de honrar a promessa eleitoral feita por François Mitterrand de dobrar a DJA. Mesmo Michel Rocard, que a sucedeu, campeão do modernismo econômico do governo socialista, felicitava-se diante do Parlamento pelo fato de "a política de instalação ter permitido passar de 7.800 os beneficiários da dotação aos jovens agricultores em 1980, a 13.200 em 1982. O aumento da dotação deve ser consolidada: é uma das orientações principais do orçamento" (04.11.1983). Mas ele tinha afirmado anteriormente, diante do CNJA: "Nosso sucesso neste domínio não deve ser medido ao fim de cada ano pelo número de dotações ou empréstimos concedidos, mas, antes, cinco anos após, pelo número de estabelecimentos funcionando, bem dirigidos por um jovem, que progridem e se adaptam à mudança (...) É preciso ser exigente em relação ao candidato e a seu projeto" (discurso de 02.06.1983).

A distância parece, assim, importante entre o conteúdo dos decretos sucessivos (cada vez mais orientados para a intervenção econômica e mais sele-

(7) O BEPA é preparado em estabelecimentos especializados, públicos e privados, e é obtido normalmente com a idade de 17 anos, ou seja, um ano além da escolaridade obrigatória. O diploma para tornar-se operário é obtido normalmente aos 16 anos.

tivos nessa intervenção) e o dos discursos que os acompanham, mais oscilantes, passando de um imperativo a outro, da luta contra o êxodo rural à modernização de um pequeno número de estabelecimentos. Essa ambigüidade está bem resumida no discurso de Rocard: "Não se trata de instalar muitos, mas de ter muitas instalações bem sucedidas", declarando, ainda: "Nós queremos instalações numerosas, mas queremos também instalações bem sucedidas" (em 29.11.1983) (8).

Mas, como julgar que tais instalações (e quais) fossem numerosas e, ainda por cima, bem sucedidas? *Assim, depara-se com a questão dos objetivos de tal política e da medida em que são atingidos. Questão que, ela própria, remete à interrogação sobre os critérios de apreciação da eficiência das incitações públicas.*

II. Os efeitos políticos

Antes de avaliar seus efeitos sobre os fenômenos econômicos e sociais, é importante que se atente para certos resultados políticos obtidos graças ao simples lançamento de tais ações específicas e, posteriormente, ao seu desenvolvimento progressivo. No presente caso, a simples decisão de conceder ajuda para a instalação de jovens agricultores introduziu uma nova orientação na política agrícola. Através das verbas despendidas, as reorganizações administrativas que se seguiram e os efetivos de jovens favorecidos, manifesta-se o interesse público por um problema a partir de então constituído como político ou, se se preferir assim, de "interesse geral".

1. A evidência de uma política específica

A tabela 1 dá uma medida do esforço financeiro feito pelo Estado. A forte revalorização da DJA, entre 1981 e 1982, contribuiu para aumentar sensivelmente esta rubrica orçamentária e o número de solicitantes, ainda que temporariamente.

Não é fácil obter a soma dos créditos consagrados a cada ano a uma política dada. No caso presente, o montante total da DJA e a subvenção dos empréstimos "Jovens Agricultores" é apenas uma parte do custo financeiro. Seria necessário adicionar ao menos uma parte, caso fosse conhecida, da subven-

(8) Procurei fazer ver aqui as flutuações e as ambigüidades, tanto nas reivindicações sindicais quanto na resposta dos poderes públicos. Uma pesquisa mais aprofundada seria necessária para elucidar suas molas mestras, tanto sociais quanto políticas. As oscilações do CNJA não estariam relacionadas à concorrência entre diversas frações do sindicato ou a mudanças rápidas de conjuntura? Quanto à atitude dos poderes públicos, não seria ela variável segundo o controle maior ou menor das políticas implementadas pelos serviços da administração, os organismos especializados, ou pelo escalão mais político do gabinete do Ministro? etc.

TABELA 1 – A política de ajuda à instalação em alguns números

Empréstimos Jovens Agricultores (a)			DJA		Despesas Públicas Beneficiando a Agricultura	
	Número de Novos Beneficiários	Montante da Boni- ficação (em mi- lhões de Francos)	Número de Beneficiários	Montante (em mi- lhões de Francos)	Total (em milhões de Francos)	Parte DJA + Empréstimos JA (em %)
1970	média	?	—	—	18.200	?
1971	anual	?	—	—	17.000	?
1972	10.670	282	—	—	19.200	1,47
1973		295	1.178	8,5	22.200	1,37
1974		329	2.878	24	25.300	1,40
1975	12.000	387	3.325	61	31.300	1,43
1976	13.500	475	4.010	83	34.200	1,63
1977	11.700	573	6.638	118	40.400	1,71
1978	13.000	628	7.169	158	47.300	1,66
1979	13.500	704	7.838	180	54.200	1,63
1980	13.500	782	8.190	217	60.800	1,64
1981	15.200	905	9.787	259	70.800	1,64
1982	15.400	1.068	13.534	437	84.300	1,79
1983	15.900	1.169	14.996	692	92.500	2,01
1984	16.200	1.243	13.671	930	99.900	2,18
1985	13.300	1.443(b)	11.609	1.060	105.800	2,37

Fontes: CNASEA, Caixa Nacional de Crédito Agrícola, Ministério da Agricultura.

(a) "Empréstimos JA": créditos subvencionados para auxiliar os que se instalam a adquirir o capital do estabelecimento agrícola.

(b) Estimativa de janeiro 1986.

ção dos empréstimos fundiários que beneficiam os jovens instalados recentemente. Sem esquecer os créditos destinados a financiar os ciclos de formação contínua, que acompanham as medidas implementadas (tentar avaliar esta fração no interior da rubrica "Formação contínua, aprendizado e ações educativas no meio rural"). A essas despesas deveriam ser adicionados ainda os montantes correspondentes aos abatimentos de impostos concedidos, por exemplo: 220 milhões de francos em 1985 (*Cour Des Comptes*, 1987:30) (9).

Estas observações não se resumem a uma questão de método. Com efeito, a evidência de que, a partir de certo momento, o Estado desenvolve uma política com iniciativa em favor de um setor de atividade particular, demonstra que ele consente um esforço financeiro novo e específico. A apresentação destacada dos meios dessa nova política (mais frequentemente apresentada, por exemplo, em valor absoluto do que em valor relativo, no conjunto do orçamento), faz parte, portanto, de seu arsenal de legitimação: contribui para fazê-la existir, ao mesmo tempo que provoca a crença em sua importância (10). Da mesma maneira que a denúncia da insuficiência destes mesmos meios faz parte das estratégias de pressão daqueles que mais têm interesse em obter vantagens por meio dela.

A gestão destes créditos tornou necessária a definição de missões novas para certos organismos preexistentes, principalmente o CNASEA (Centro Nacional de Estruturação das Explorações Agrícolas – estabelecimento público encarregado desde essa época de pagar a DJA), e as associações de cada departamento francês que ele controla financeiramente, como as ADASEA – estruturas profissionais encarregadas de instruir os processos de pedido. Há alguns anos, os serviços da Administração Central encarregam-se exclusivamente das questões de instalação; as direções departamentais deslocam alguns funcionários para esta finalidade. As Câmaras de Agricultura (11) contratam agentes administrativos para acompanharem o conjunto das ações levadas a cabo na região. Em diversos departamentos constituem-se "Comitês de Instalação", compreendendo representantes das organizações profissionais interessadas. Várias dentre elas atribuem auxílios e juntam suas iniciativas em "Cartas para instalação". Desde 1984, numerosos Contratos de Plano entre o Estado e as regiões compreendem um item especificamente consagrado a tal tipo de ação (cf. *BIMA*, 1063, 21.05.1984). A diversidade das incitações atribuí-

(9) Sobre as dificuldades desse tipo de avaliação e sua característica recente nas práticas administrativas, cf. Bechet, 1975.

(10) Por exemplo, aqui os números normalmente difundidos sobre os empréstimos já estão relacionados à rubrica de novos empréstimos consentidos a cada ano – que monta a bilhões de francos –, e não ao que estes créditos custam realmente ao Estado, ou seja, o valor das subvenções.

(11) Câmaras de Agricultura – assembleias onde são representados todos os componentes do meio agrícola (agricultores independentes, assalariados, proprietários de florestas, etc.) e que desempenham uma missão pública de desenvolvimento (difusão das técnicas, conselhos econômicos, etc.).

das de um departamento a outro tem sido objeto recente de relatórios e publicações (LAOT, 1984; *Agri-Sept*, 1984).

A multiplicação desses documentos é um dos sinais mais evidentes da existência de uma política específica. Em realidade, o uso da palavra "instalação" e os conhecimentos sobre os fenômenos abarcados por ela eram quase inexistentes antes de 1973. Foi mesmo a criação da DJA que desencadeou a curiosidade sobre estas questões (12). Desde então, as organizações agrícolas e os serviços administrativos puseram-se a dar origem ou a realizar, eles mesmos, estudos sobre a instalação (13). O próprio Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura (o SCEES) preocupa-se, a partir de então, em cobrir regularmente este novo campo de investigação. As ADASEA, por seu lado, publicam a cada ano estatísticas sobre os jovens que elas atingem. Criam-se "observatórios" para seguir mais de perto e continuamente os movimentos de instalação e o futuro dos agricultores auxiliados. Certas caixas de mutualidade social agrícola começam a estabelecer, elas mesmas, estatísticas sobre a entrada na agricultura. Os primeiros, como já disse, as Assembléias Permanentes das Câmaras de Agricultura (APCA) e o CNASEA publicaram bibliografias sobre o assunto, ultrapassadas logo após a publicação ou tendo que ser completadas posteriormente. Dissertações e trabalhos de estudantes, assim como de pesquisadores, sobre o assunto são abundantes. Colóquios são consagrados a ele, assim como filmes, número especiais de revistas, editoriais, seções de revistas, artigos.

2. Um meio de ação sobre o resto da política

Problema de que muito se fala atualmente, a instalação de jovens agricultores, desde sua origem (quer dizer, desde as pesquisas do CNJA de 1972), ganhou um significado político que só fez crescer, à medida que auxílios públicos foram sendo postos em prática. Considerar o acesso ao ofício de agricultor como procedimento autônomo de um jovem que cria seu emprego ou sua empresa toma sentido pela própria concepção da política financeira. A instalação

(12) A primeira bibliografia especializada (APCA, 1978) só incluiu uma única referência anterior a 1973 (uma dissertação de estudante datada do ano anterior). Em 1982, a bibliografia do CNASEA (Laroche, 1983) reunia 75 títulos, todos posteriores ao lançamento da política.

(13) Segundo a bibliografia do CNASEA, 59 por cento dos estudos relativos à instalação estavam ligados a alguma OPA (organização profissional agrícola); 12 por cento aos serviços administrativos; e 21 por cento eram devidos a estudantes (que muito freqüentemente trabalham diretamente ligados a uma OPA que solicita o trabalho). Os atores da política de instalação são, portanto, os primeiros contratadores e consumidores de investigações sobre as condições de acesso ao ofício de agricultor (71 por cento dos estudos relacionados tratam de agricultores recentemente instalados). Eles condicionam, assim, o interesse por essas questões, contribuindo ainda mais para fazer da "instalação" um assunto digno de interesse.

como realidade, a parte da sucessão ou, mais amplamente, da continuidade familiar (14), deve ser portanto considerada como um instrumento que permite atuar sobre a política agrícola e dela tirar partido.

Pode parecer estranho, por exemplo, que as organizações agrícolas de um departamento contratem estudos estatísticos sobre a evolução do número de instalações em sua própria região geográfica – quando elas estão na melhor posição, graças à densidade de suas estruturas locais –, não somente para conhecer a exata realidade prática destas estruturas, mas ainda para elucidar as causas desta evolução. Todo prefeito, presidente de sindicato e mesmo todo agricultor, interrogados sobre as famílias camponesas de seu município, estão capacitados a enumerar aquelas que terão seguramente um sucessor: precisar quais os jovens que serão instalados proximoamente e explicar por que, caso por caso. Ora, geralmente não é este tipo de conhecimento e de explicações que se pesquisa, mas sobretudo aqueles provenientes de fichários estatísticos preexistentes, números teóricos e globais, permitindo estimar a importância da “nova geração agrícola de substitutos” e compará-la ao momento presumível dos que vão-se aposentar. Esses dados demográficos que nada explicam e no máximo descrevem sumariamente a evolução em curso, têm um valor essencial que leva os responsáveis profissionais a se dedicarem mais a eles do que a outras abordagens mais “realistas”, mais minuciosas (mesmo se continuam a ser parciais): eles servem principalmente, para não dizer exclusivamente, de base de sustentação aos processos de solicitação de financiamento complementar para auxílios à instalação, programas de ação para os anos vindouros, etc. O que está em jogo aqui é, portanto, o benefício possível de ser obtido de uma dada política. O que requer que se apresentem os problemas segundo a lógica desta política, quer dizer, em termos de instalação e de necessidades financeiras.

Assim, tudo aquilo que é susceptível de avorecer o acesso dos jovens ao ofício de agricultor ou de repercutir sobre ele adquire importância política. E ameaçar, com o risco de estar a instalação vulnerável, torna-se um meio de

(14) Os raciocínios atuais em termos de “instalação” não teriam a mesma eficácia sem a instauração prévia, nos anos 50, de um regime de aposentadoria obrigatória para os agricultores, a extensão dos benefícios da proteção social, a multiplicação de asilos para pessoas idosas, em resumo, o estabelecimento de mecanismos coletivos que se encarregam da doença e da velhice, que contribuam largamente para liberar as jovens gerações do encargo material dos pais em idade avançada e da obrigação propriamente moral de assumirem a exploração familiar. Os filhos podem, desde então, escolher mais livremente o futuro profissional de cada um e ver a eventual sucessão no ofício agrícola de um ângulo novo: a exploração seria economicamente “viável”? O assalariamento não ofereceria mais vantagens? etc. (sobre todas estas questões, cf. Champagne e Maresca, 1986, tomo 1:89-92). Para análise de um jurista sobre os efeitos desse corte entre “instalação” e “sucessão” e sobre “os limites das políticas de instalação em relação à transmissão” (cf. David, 1987:157). Quanto à significação social desta concepção profissional, que vê na instalação um ato puramente jurídico, uma etapa decisiva que juntaria em um só instante a adoção do ofício de agricultor e a criação de uma empresa agrícola (cf. Champagne e Maresca, *ibidem*, tomo 2:52-79).

pressão cada vez mais poderoso sobre os poderes públicos. Deste ponto de vista, o CNJA obteve, provavelmente, um maior número de recursos com a inscrição desta prioridade na lei de orientação agrícola de 1980 do que com a criação da DJA. Seu texto definia as principais linhas da política futura, ao lado de seus destinatários preferenciais. Que se reconheça na lei os jovens recém-instalados ou prestes a fazê-lo (com o mesmo destaque dado aos titulares de planos de desenvolvimento), abrindo a seus representantes possibilidades renovadas de obter vantagens do Estado. "Da afirmação de princípios à realidade dos fatos, freqüentemente a distância é grande. Todavia, o essencial consiste em fazer adotar os princípios, para que os fatos que deles decorrem possam ser postos em prática" (CNJA, Congresso 1980, *Relatório moral*, p. 30).

Ora, os fatos susceptíveis de "decorrerem" dos princípios são inumeráveis. Desisti de apresentar aqui a cronologia detalhada das medidas tomadas após 1973 em favor da instalação de jovens agricultores. Primeiro, porque estou certo de que apresentaria um documento incompleto; em seguida, porque meu rascunho já comportava várias páginas cheias de datas, de referências e de números. O próprio sindicalismo organiza esse tipo de quadro, mas para demonstrar a força de sua intervenção; os poderes públicos também o fazem quando querem apresentar a prova da amplitude de meios utilizados. Como no caso das bibliografias citadas acima, retrospectivas e compilatórias, esse tipo de balanço tem essencialmente uma vocação justificativa reunindo, segundo as necessidades da demonstração, elementos que nem sempre foram concebidos segundo a lógica específica de seu reagrupamento posterior.

O que mais me interessa é detalhar, em alguns exemplos, como outros dispositivos da política agrícola foram sendo pouco a pouco modificados, até mesmo profundamente reorientados em função das exigências desse novo tipo de incitação, a ponto de contribuírem ativamente, eles também, para sua ação. O que conduzirá a repensar a questão dos meios, sobretudo financeiros, da política de ajuda à instalação.

A ação política só pode desenvolver-se e obter resultados em domínios de competência que lhe são reconhecidos, ou seja, basicamente os do direito e das finanças públicas. Qualquer que seja a complexidade daquilo que se percebe em um dado momento como um problema, a intervenção política só pode incidir sobre ele e tentar solucioná-lo se for objeto de novos textos legislativos ou de regulamentos administrativos, ou que haja crescimento ou remanejamento das despesas públicas. O fato de que a instalação tenha se tornado uma questão política importante, ao contrário, por exemplo, da sucessão (embora tratada aqui e acolá por alguns textos jurídicos ou medidas fiscais (cf. Cormoreche, 1987), indica claramente os limites da intervenção política.

Tendo em vista as realidades agrícolas atuais, é difícil contestar que a "crise" das instalações seja, antes de tudo, uma crise de sucessões, que está longe de reduzir-se ao problema jurídico da transmissão do bem agrícola. Contudo, esta constatação é de uma medíocre utilidade política, pois não contempla e favorece as possibilidades de intervenção. Se muitas famílias camponesas

buscam, elas próprias, dissuadir seus filhos de ficar, se estes últimos são cada vez mais atraídos pelo modo de vida urbano ou pelo emprego assalariado, vê-se o mal que poderia fazer sobre isso o legislador ou o administrador de fundos públicos, ainda mais porque tais evoluções são, em parte, devidas a suas intervenções em favor do "rompimento do isolamento dos campos".

A multiplicidade de fatores em causa, sua característica difusa ou pouco visível e o fato de que eles exercem seus efeitos no próprio seio da intimidade familiar, tornam toda ação coletiva e voluntarista fora de propósito ou muito tardia. A característica mais familiar ou patrimonial do que propriamente agrícola desses problemas de sucessão, torna mesmo improvável a descoberta de soluções apropriadas aos futuros agricultores, sem tocar em toda a construção do direito das transmissões, que seriam aceitas tanto pelo meio agrícola quanto pelas outras categorias de proprietários (15).

Nada mais resta senão agir sobre aquilo que parece mais facilmente modificável, unicamente na agricultura, por incitações coletivas: as condições de acesso ao ofício. *Os elementos sucessivos da política de auxílio à instalação tiveram todos como vocação revalorizar a atividade agrícola e tornar o acesso mais atrativo, mais fácil, mais vantajoso.*

O ano de 1973 marcou o verdadeiro lançamento dessa política, não somente com a criação da DJA, mas também com o voto, em 17 de julho, de uma lei definindo o estatuto "de associado da exploração" para os filhos dos agricultores: "Criando essa fórmula de 'noviço', o legislador espera que o jovem ajudante familiar estará associado mais cedo à gestão da exploração, participará dos resultados, completará sua formação depois e ao cabo de alguns anos, instalar-se-á em boas condições" (Garrouste, 1983:144).

Ora, se a subvenção obteve um grande sucesso, incitando em 1976 os poderes públicos a estender o benefício a todo o território nacional e, em 1978, a tornar mais flexíveis as condições para sua concessão, já o estatuto de associado da exploração conheceu poucas aplicações práticas. A formalização jurídica de relações familiares – obrigando os pais a elas submetidos a conceder a seu filho ajudante licenças de formação e interessá-lo financeiramente sobre os resultados da exploração –, instituiu obrigações excessivamente pesadas, sem oferecer vantagens suficientes.

Ela aplicava a realidade familiar do trabalho agrícola uma lógica muito exterior, inspirada nas relações que existem entre um aprendiz e seu patrão e,

(15) A transmissão do capital é, frequentemente, uma fase crítica igualmente para as empresas de outros setores da atividade e muitos não conseguem sobreviver. Isso deve-se em grande parte à ausência no direito francês da noção de empresa, no sentido econômico. As organizações patronais deploram regularmente a insuficiência de tais dispositivos jurídicos ou fiscais. Para algumas referências de estudos recentes sobre estas questões, cf Maresca, 1985.

principalmente, tomava de maneira brutal o partido do ajudante familiar contra seus pais (16). Mas, desde 1976, quando a DJA já era acessível em toda parte, aqueles que poderiam ter sido tentados a adotar esse estatuto viram seus interesses contemplados sobretudo pela instalação propriamente dita, garantia mais certa de independência, e o GAEC pai-filho (17), reconhecido no mesmo ano, serviu-lhes para estabelecer uma relação juridicamente definida com seus pais (e, desta vez, com vantagens notáveis).

Criado pela lei de 8 de agosto de 1962, o GAEC é um outro exemplo dessas fórmulas jurídicas reveladoras das intenções reformistas do legislador. De 1966 a 1976, inclusive, só foram criados 4.232. Desenvolvendo sua ação em todas as direções ao mesmo tempo, o CNJA reivindicou, desde 1973, o reconhecimento oficial dos GAEC pai-filho, utilizando o argumento de que, segundo as regiões, as "associações de fato", ou seja, pais e filhos trabalhando juntos na exploração familiar, sem nenhuma forma de contrato, eram claramente mais numerosas que os GAEC. Em menos de três anos, o GAEC pai-filho era reconhecido oficialmente.

Foi a época em que a lei sobre o estatuto de associado de exploração tornava-se, enfim, operacional, após um período de implantação particularmente longo. O CNJA não se privou de denunciar essa lentidão, responsabilizando a administração pública e também o sindicalismo "veterano", cujo "imobilismo é muito inquietante" (seminário de estudo, junho, 1975). Em seguida, o sindicato tudo fez para tentar promover esse novo estatuto através de artigos, folhetos e operações publicitárias, mas a questão continuava a ser tratada como confidencial, enquanto se desenvolvia rapidamente o número de GAEC: contavam-se 28.270 em 1983, dos quais 65 por cento associavam pais e filhos (Rattin, 1986a), e 36.713 no final de 1986, dos quais 76 por cento pai-filho (Cormoreche, 1987, anexo 6).

Assim, a preocupação de um sindicato em melhorar os auxílios, que ele contribuiu diretamente para criar, levou os poderes públicos a modificarem a regulamentação preexistente e dar-lhe uma nova vocação, totalmente imprevista por seus autores. Para que a DJA pudesse ser recebida também pelos jovens participantes de GAEC, a fórmula concebida para associar diversas explorações tornou-se, na prática, um novo quadro jurídico no qual era possível formalizar as relações intrafamiliares. Como ela era mais incitativa do que regular, arruinou o estatuto especialmente criado em favor dos ajudantes fami-

(16) Inspirado nesse particular pelo CNJA, que se insurgia contra "a situação de ajudantes familiares feita da injustiça, da insegurança, da irresponsabilidade e da ausência de remuneração" (Congresso, *Resolução Geral*, 1972: 1).

(17) GAEC - grupamento agrícola de exploração em comum - fórmula jurídica permitindo a associação de várias explorações. Originalmente, um GAEC não podia ser criado entre um pai e seus filhos trabalhando na mesma exploração.

liares. Entre o fracasso desse último e o sucesso atual da fórmula do GAEC associada à DJA (18), encontra-se a autonomia relativa da lógica familiar, irredutível ao modelo jurídico de independência de seus membros, mas se reapropriando – para um uso estritamente familiar e sucessorial – de uma fórmula de associação concebida para estimular a agricultura em grupo.

Há também os efeitos de decisões políticas umas sobre as outras, com o CNJA tendo sido, neste caso, o principal artífice do fracasso da lei de 1973, destronada – graças à sua ação – pela modificação de um simples texto regulamentar. No final das contas, o GAEC pode ser considerado hoje como um dos elementos constitutivos da política de auxílio para instalação, e os meios, sobretudo financeiros, destinados a encorajar seu desenvolvimento devem ser imputados, em grande parte, à conta dos auxílios em favor dos jovens agricultores.

Isso mostra ainda que as intervenções públicas que se apóiam na incitação mais do que na regulamentação, e na ajuda financeira mais do que na construção jurídica, são as mais rentáveis politicamente e, em todo caso, os menos arriscados (19). A apresentação de auxílios à instalação é, aliás, frequentemente reduzida à DJA e aos empréstimos JA, cujo sucesso é maciço e visível (cf. tabela 1). E, de fato, a história da política instaurada em 1973 desenvolveu-se largamente em torno da questão do crédito.

3. O crédito de uma política

A prioridade dada à instalação causou incessantes problemas orçamentários, na medida que o Estado devia aumentar a rubrica dos empréstimos JA e esforçava-se, após o enquadramento do crédito em 1969, em limitar o custo global da subvenção. Assim, a cada ano o volume de empréstimos JA era negociado com o CNJA e, no momento das discussões orçamentárias, o ministro sempre procurava mostrar que os créditos aumentavam em volume mais rápido

(18) Sucesso muito relativo contudo: depois de 1976 as instalações de GAECs representam 26 por cento daquelas que se beneficiam da DJA, tendo sido atingido o máximo em 1978, com 28,2 por cento. Foi em 1983 que se criou o maior número de GAEC e, desde então, o número de criações está em baixa e o dos desaparecimentos em alta (cf. Cormoreche, *op. cit.*). Atualmente a proporção de responsáveis por explorações em GAEC deve chegar aos 10 por cento dos responsáveis por explorações agrícolas em tempo integral. Para uma análise jurídica da "irresistível ascensão dos GAEC (...) ligada à formulação, em direito francês, de uma política de instalação em agricultura" cf. David, 1985:368.

(19) Perante o CNJA que, por ocasião de suas jornadas de estudos de 2 de junho de 1983, reclamava novas medidas em favor da pré-instalação, Michel Rocard deu uma resposta cheia de reservas: "Não devo esconder de vocês que a elaboração de um novo quadro favorecendo a pré-instalação coloca problemas sérios de ordem prática e jurídica, sobretudo no tocante ao que é matéria de direito social e fiscal." Ele recomendou evitar, nesta matéria, o "jurismo excessivo que contribuiu para o fracasso do dispositivo previsto pela lei de 1973 sobre os associados da exploração".

que os outros tipos de empréstimos subvencionados, ou continuavam a crescer, mesmo fracamente, enquanto os outros estagnavam, ou até mesmo baixavam. Apesar disso, as filas de espera cresciam nas caixas de crédito agrícola e outros créditos excepcionais foram desbloqueados para diminuí-las.

Mas o CNJA, reivindicava igualmente a elevação do teto dos empréstimos (concedida várias vezes), assim como a possibilidade de utilizá-los para outros fins que a retomada do capital de exploração (20). E ele mostrou-se sempre muito preocupado quanto à sua taxa, a tal ponto que, em novembro de 1980, o ministro apresentava sua manutenção em 4 por cento (21) como fato bastante significativo politicamente. Alguns meses mais tarde, Edith Cresson elevou tal taxa para 6 por cento e reduziu a duração da subvenção: por mais que ela evocasse a degradação da conjuntura econômica, mostrasse que os empréstimos JA foram menos penalizados que outros e aumentasse em mais de um terço a rubrica em 1982, o CNJA denunciou violentamente esse "golpe baixo na política de instalação", organizou manifestações e fez com que a taxa caísse para 4,75 por cento para as zonas de montanha e desfavorecidas.

Em maio de 1986, o novo governo baixou de 2 por cento as taxas em vigor e, posteriormente, chegou a conceder por duas vezes descontos nos juros. A taxa oficial dos empréstimos subvencionados só é uma indicação formal de seu custo para os tomadores de empréstimo. Em todas as conjunturas difíceis, os auxílios à renda agrícola compreenderam medidas para atenuar os encargos com o reembolso dos empréstimos, das quais os jovens agricultores (ou ainda os titulares de planos de desenvolvimento) beneficiaram-se sempre prioritariamente.

De 1970 a 1984, a parte de empréstimos JA no conjunto de novos empréstimos subvencionados consentidos a cada ano, passou de 9 a 19,6 por cento, atingindo 40,8 por cento em 1986. Seu volume jamais deixou de aumentar, enquanto a rubrica global de empréstimos subvencionados diminuía desde 1982. Uma tal progressão exigiu o remanejamento dos recursos disponíveis, cujos efeitos restritivos fizeram-se sentir particularmente nos créditos destinados a financiar as compras de terra. O acesso à terra sempre foi considerado como um dos maiores problemas para a instalação. Assim, essa tendência à redução de créditos ficou rapidamente em contradição com as ajudas instauradas neste intervalo de tempo, o que engendrou várias reformas que devem ser consideradas como ligadas ao desenvolvimento da política de ajuda à instalação.

(20) O lançamento de planos de desenvolvimento pelas autoridades européias obrigou o governo francês, em agosto de 1976, a restringir o uso de empréstimos JA unicamente para retomada do capital de exploração agrícola (no estado em que se encontrava ou após certas reparações). O CNJA nunca aceitou essa restrição e, desde então, concentrou-se em buscar sua diminuição pouco a pouco. Atualmente, sobre os 500 mil francos empenhados, 170 mil podem ser utilizados para os investimentos de modernização.

(21) Para uma taxa de inflação que girava então em torno de 8 por cento ao ano.

Foi em 1977 que, pela primeira vez, o ministro da agricultura relacionou os problemas de instalação às dificuldades de acesso ao terreno fundiário, um refrão que iria em seguida inspirar os discursos do governo e do CNJA até o voto da lei de orientação de 1980. Em 7 de setembro de 1978, perante o congresso do CNJA, o ministro declarava: "Estou de acordo com o objetivo de vocês de instalarem entre 10 mil e 12 mil jovens por ano, mas de uma maneira geral há mais candidatos à instalação do que terras livres. Neste domínio, o verdadeiro problema é o preço e o controle das terras".

A consciência que existia, desde essa época, do problema de instalação parece estar fundada principalmente sobre dois tipos de fenômenos julgados alarmantes. O primeiro era que, embora em certas explorações julgadas formalmente viáveis, nenhum filho quisera ficar. "(...) O número de instalações não está à altura daquilo que se esperava, (...) há cerca de 8 por cento de jovens a menos a cada ano, (...) o vazio espreita certas zonas. *Pior: certos jovens que poderiam se instalar não o fazem*" (constatação dos anos 70 feita pelo CNJA, retomada em *CNJA*, 1983:6). Dito de outra forma, significa que o problema colocava-se ali onde não deveria estar.

O segundo fenômeno era a existência de candidatos agricultores não conseguindo instalar-se. E este motivo de inquietação prevaleceu nos discursos políticos a partir de 1977, sem que eu tenha conseguido determinar que informações, que estatísticas novas fundamentavam a argumentação, nem mesmo qual atualidade política ou sindical (cf. a cronologia publicada no AFSP, 1987:600-633). De qualquer forma, o excesso de demanda de terra – mesmo não mensurável e mesmo mínimo – é, por princípio, digno de interesse para os OPA, já que manifesta que a profissão é ainda atraente para os jovens oriundos do mesmo meio ou, mais raramente, vindos de outros meios.

Em 30 de dezembro de 1977, uma lei modificou o direito de preempção dos SAFER (22), a fim de "favorecer a instalação, a reinstalação ou a manutenção dos agricultores". Esses mecanismos que não tinham consagrado, até então, pouco mais de 20 por cento das vendas das terras adquiridas às instalações, fizeram subir esta proporção para 35 a 40 por cento, em diferentes anos, permitindo perto de 1.500 instalações ou reinstalações por ano, de 1980 a 1985, contra somente 8.750 de 1963 a 1978 (cf. F.N. Safer, 1979; Fraigneaud, 1985; e Fontaine, 1982). Por outro lado, o decreto nº 78-123, de 2 de fevereiro de 1978, reestruturou o regime de empréstimos fundiários subvencionados. Antes dessa reforma, somente 20 por cento de seu volume era destinado a contemplar as

(22) SAFER – sociedades de ordenação fundiária e de estabelecimento rural. Criadas em 1963, esses organismos privados são encarregados de uma missão pública de reestruturação fundiária.

instalações: daí até o fim do ano de 1978, a proporção aproximou-se de 35 a 40 por cento (Collet, 1979) e, em 1979, ela atingiu 46 por cento (*BIMA*, 882, 22.01.1980) (23).

A prioridade adquirida pelos jovens que se instalam na atribuição de créditos fundiários, poderia facilmente encontrar equivalentes em outros setores da política agrícola. O exemplo mais recente é o da reestruturação leiteira: não se trata, aqui, de estimular, mas de forçar os produtores não a desenvolver, mas a limitar suas entregas de leite. Ora, a redução da capacidade produtiva é totalmente antinômica da lógica de expansão que caracteriza o acesso ao ofício de agricultor, tal como ele é encorajado pelos poderes públicos. A existência de uma política específica de instalação e a importância que ela adquiriu permitiu ao CNJA, também nesse particular, obter condições singulares em favor dos jovens (como para os titulares de plano de desenvolvimento): conservação do nível de produção de seus pais e atribuição preferencial de quotas liberadas pelos exploradores, abandonando voluntariamente o leite.

Finalmente, o conjunto das repercussões – mensuráveis financeiramente ou não – da política de auxílio à instalação sobre outros planos da política agrícola leva à reinterpretação da tabela 1. A tabela mostra como eram fracos os créditos concedidos aos jovens agricultores, levando-se em conta o total das despesas do Estado em benefício da agricultura. Como acabamos de ver, outras ações públicas achavam-se diretamente afetadas, adicionando sua própria contribuição financeira às somas já contabilizadas. Além disso, o montante alcançado, por mínimo que possa parecer, comparado ao orçamento total da agricultura, não representa menos, afirmava-me um alto funcionário, mas “algo de considerável, quando o relacionam à capacidade de desdobramento de um orçamento ministerial. A relação pertinente seria: aumento de despesas de instalação/margem de manobra do orçamento da agricultura” (sobre esse ponto, cf. Bechet, 1975:28). Todos esses argumentos devem ser considerados se

(23) Com a redução gradual da rubrica de empréstimos subvencionados, ao lado do incentivo aos responsáveis por explorações para utilizar créditos não bonificados em suas compras de terra, a prioridade à instalação não deixou de colocar problemas de equilíbrio político. Michel Rocard foi o primeiro que, sem todavia deixar de privilegiar os jovens no acesso ao campo fundiário, recolocou segundo o gosto do momento a ampliação das explorações já existentes: “Para que as instalações sejam numerosas, é preciso aceitar instalações mesmo em estruturas um pouco estreitas, uma vez que existe a qualificação e a vontade ativa no candidato. Mas a condição do sucesso durável dessas instalações está na possibilidade para o jovem de poder dispor, em seguida, de uma exploração na dimensão de suas capacidades e de suas necessidades. A ampliação razoável de certas explorações constitui o complemento necessário da política de instalação” (discurso de 29 de novembro de 1983, em frente à F.N. SAFER). E mais recentemente, em um artigo do *BIMA* (1176, 11.02.1987), consagrado aos “problemas da liberação de terras”, ou seja, a próxima perspectiva de seu abandono e de aparição de terrenos baldios, acha-se incriminada “uma política de estruturas muito centrada na “instalação”: “A vontade de realizar instalações a todo preço fez com que, antes de tudo, fossem instalados jovens em dificuldade e que, em seguida, interditiu-se a ampliação das explorações até o limite da viabilidade que poderiam ser validamente contempladas” (p. 23-24).

queremos conhecer melhor os processos de elaboração de uma política específica, melhor delimitar seus contornos reais e, através disso, melhor apreciar seus resultados (24).

III. À procura dos efeitos sociais

É certo, em todo caso, que os créditos atribuídos pelo Estado não teriam sido suficientes, só eles, para fazer do encorajamento à instalação uma prioridade da política agrícola. Trata-se objetivamente de uma política de suplementação, financeiramente leve, mesmo se seus meios aumentam. Mas ela está carregada de sentido político, porque representa uma intervenção pública sobre a forma de tornar-se agricultor. Impondo condições para conceder auxílio, os poderes públicos e os DPA contribuem para definir um modelo de instalação e para torná-lo inscrito na realidade. Através dos efetivos de beneficiários e das quantias despendidas, é o valor desse modelo que é suposto ver-se confirmado. Abordarei o estudo deste aspecto normativo dos auxílios à instalação através da análise de duas medidas particulares, menos conhecidas, o que nos conduzirá à questão do impacto sobre a renovação da população agrícola.

1. Ações como exemplo

Exceto a DJA e os empréstimos JA, as iniciativas tomadas permaneceram, até o momento, de pouca amplitude; elas valem de alguma forma como exemplo. Isto deve-se, em grande parte, à natureza dos problemas. Quando julgam necessário agir sobre certos comportamentos dos agentes sociais, nem os poderes públicos nem mesmo as OPA podem realizar em seu lugar as

(24) Se a política agrícola francesa é obrigada a conformar-se aos regulamentos europeus, ela é igualmente tributária de arbítrios interministeriais, nos quais as opiniões do Ministério das Finanças pesam muito. Seria preciso seguir mais em detalhe o encaminhamento governamental de reformas sucessivas da DJA a fim de ver se sua seletividade crescente não foi adotada, em parte, sob o domínio de imperativos de "rigor" orçamentário. Parece, por exemplo, que as possibilidades atuais de modular o montante da DJA segundo os múltiplos critérios, aliás variáveis, de uma região a outra, foram largamente estendidas em 1982 por ocasião da duplicação da DJA, a fim de reduzir o custo global: funcionando nessas possíveis variações, o Ministério da Agricultura finalmente só dobrou o montante da DJA máxima, limitando o aumento médio em torno de 70 por cento.

transformações desejadas. Se não há bastante jovens instalando-se nem o Estado nem a profissão poderão fazê-lo por eles (25). Por outro lado, em vários casos a ação política (inclusive quando ela emana das OPA) visa tanto a criar precedentes quanto a transformar diretamente a realidade social (o que ela raramente tem meios para fazer). Em uma iniciativa política – mesmo que ela permaneça na condição de teste, de ensaio formal –, é importante concretizar uma concepção das coisas, de mostrar em tamanho natural que esta pode se tornar realidade.

É o que ocorre com a idéia (ainda teórica) de que uma das soluções para a falta de instalações na agricultura seria encorajar candidaturas exteriores ao meio familiar ou ao meio agrícola. Às famílias camponesas, cuja exploração é viável, mas que não têm sucessor, seria necessário poder propor a participação ou dos filhos de outros agricultores à procura de uma exploração ou mesmo de jovens originários de outros meios sociais. Essa concepção inspirou duas séries de iniciativas: a criação de “contratos emprego-formação-instalação” e o estabelecimento de “repertórios para instalação”.

Os primeiros são inspirados nos contratos “emprego-formação”, elaborados pelo Ministério do Trabalho para ajudar os desempregados a encontrar um emprego, e nas fórmulas de ajuda aos assalariados para a criação de empresas. Os segundos consistem num modelo de “anúncios classificados”, incentivando os candidatos a retomarem a exploração, sucedendo aos agricultores sem herdeiros e em vias de se aposentarem. Mas essas ações incitativas requerem a reunião de um tal número de fatores favoráveis e distanciam-se de tal forma das condições habituais, ou seja, familiares, de instalação (cf. Champagne, Maresca, 1986, tomo 1), que elas não deram origem a muitas realizações efetivas desde sua elaboração (26). Entretanto, ainda que em número muito pe-

(25) Desde 1979, um responsável do CNASEA, observando uma diminuição do número de DJA bem como dos primeiros empréstimos JA atribuídos em certos departamentos montanhosos, notava: “Os fatores que influenciam o número de instalações são muito numerosos e principalmente muito poderosos para que unicamente a dotação e mesmo as condições de financiamento possam, sozinhas, ter efeito muito sensível sobre o número de instalações” (Sebillotte, 1979:13). Após essa data, o número total de DJA concedidas no conjunto do país aumentou a cada ano (cf. quadro 1), sobretudo graças ao efeito não negligenciável da duplicação da subvenção em 1982. Mas o impulso interrompeu-se em 1984 para dar lugar a uma baixa do número de instalações auxiliadas; não foram contadas mais do que 10.144 em 1986. A mesma tendência observa-se ao nível dos empréstimos JA uma vez que, pela primeira vez em 1986, a rubrica que lhes foi inicialmente reservada não foi inteiramente consumida: 140 milhões foram assim transferidos no curso do ano ao proveito de outras categorias de empréstimos.

(26) No final de 1986, as ADASEA que fizeram um repertório (cerca de 60) totalizavam um milhão de explorações disponíveis e 3.400 candidatos à instalação; 150 instalações tinham sido realizadas por esse canal, em 1985; 213 em 1986. Para chegar a esse último resultado, três mil contatos tinham sido necessários entre jovens que retomam a exploração e cedentes. A operação é particularmente recente, já que as primeiras iniciativas datam de 1983.

queno, estas ganham em credibilidade simplesmente porque existem. Tornada realidade, a idéia torna-se também mais convincente. A partir de alguns agricultores instalados por essa via, as OPA podem argumentar que um sucesso mais amplo da fórmula só depende do aumento dos meios, principalmente financeiros, postos à sua disposição.

Existem além disso resultados que, desde a aplicação, mesmo embrionária, de tais medidas, adquirem uma evidente importância política. Se tudo se baseia no postulado de que existem simultaneamente explorações viáveis sem sucessor e candidatos a agricultores que não encontram onde se instalar, importa tornar "visíveis" as duas ordens de fenômenos. Dos dois, o primeiro é o mais difícil para se colocar em evidência, pois a sucessão se processa, na maior parte das vezes, em nível local, entre pais ou entre vizinhos. Mesmo para os representantes profissionais ou técnicos agrícolas, é difícil deslocar os problemas para uma cena mais ampla e propor sucessores oriundos de outro lugar (27).

De fato, os contratos emprego-formação-instalação ou os repertórios são limitados mais pela oferta de explorações a serem retomadas do que pela demanda. Em contrapartida, eles compilaram um número importante de candidaturas de futuros agricultores. Alongando-se, sua lista torna mais manifesta ainda esta contradição – que preocupa particularmente as OPA – entre o desejo de alguns de se instalar e a impossibilidade de consegui-lo; ela avoluma estatisticamente, ou seja, pelo número, a vontade de tomar-se agricultor, deixando supor que esta se manifestaria mais ainda se encorajassem-na ainda mais. A desproporção entre o número de solicitantes e o da oferta de explorações contribui, no primeiro momento, para melhor demonstrar a urgência da ação.

Inspirando essas iniciativas que visam a encorajar particularmente aqueles que têm mais determinação do que meios, as OPA tendem a fazer da instalação um caso de vontade, de decisão. Para o CNJA, primeiramente trata-se de uma verdadeira intervenção, tanto ideológica quanto prática sobre o que é ou o que deve se tornar o ofício do agricultor. Largamente proveniente de teses do CNJA, *a política em favor da instalação não é então prioritariamente orientada para a luta contra o êxodo agrícola, mas sobretudo voltada para a produção e a imposição de um novo modelo profissional.*

Esse modelo é difundido permanentemente pela imprensa especializada, pelos discursos de porta-vozes agrícolas ou pelos textos da Administração. E basta prestar atenção à cronologia da produção ideológica para avaliar o quanto

(27) É, aliás, uma das funções das estatísticas e de sua utilidade. Mensurando as perspectivas de sucessão e de instalação – de uma maneira ao mesmo tempo anônima, normalizada ou, ao menos, explicitada, portanto reutilizável em grande escala, na sede das OPA, de um departamento como nos escritórios parisienses ou no Ministério –, as estatísticas tiram estes problemas de seu contexto familiar e local e oferecem aos que "decidem" informações operacionais que alimentam o modo de raciocínio que lhes é particular e determinam as decisões que eles consideram ter "amplitude geral".

ela parece depender do ritmo de desenvolvimento da ação dos poderes públicos. Mas esse florescimento da retórica não é um dos principais efeitos do estabelecimento de toda política específica? Há talvez mais dificuldade para distinguir este efeito induzido quando ele se desenvolve em torno de uma política "bem sucedida", ou seja, aprovada por seus destinatários. Nesse caso, parece tão natural falar de uma política que "funciona", mesmo que não se perceba que ela "funciona", justamente porque se fala dela. Dito de outra forma, sua eficácia poderia ser devida não tanto às medidas efetivamente tomadas, mas quanto ao eco que se produz em torno delas, representado pela multidão de intervenções que buscam ampliar a força de sua incidência. Por sinal, o progresso da política de auxílio à instalação, sob a influência de sua repercussão crescente nos meios profissionais, é o melhor índice de que a principal ação de uma política incitativa desse tipo é aquela que se exerce junto a múltiplos agentes (sindicalistas, jornalistas, funcionários, etc.), dedicados a produzir o discurso da legitimação em nome e para além daqueles que têm o maior interesse em seu sucesso, ou seja, seus beneficiários.

Desde o começo do ano de 1974, o CNJA organizou uma "Jornada Nacional dos Associados de Exploração Agrícola" e difundiu em 20 mil exemplares um folheto sobre o mesmo tema. Quando o novo estatuto se tornou operacional, ele assegurou sua promoção pela criação de uma dotação de dois mil francos destinados a recompensar cerca de 20 pioneiros a cada ano. O pouco sucesso dessa forma jurídica provavelmente não estimulou a operação por muito tempo (a doação parece ter sido concedida em 1976 e 1977). Mas logo uma nova ocasião apresentou-se para relançar a ação sindical em uma outra direção: em 3 de fevereiro de 1977, uma circular ministerial definia as modalidades de aplicação de novos auxílios (subvenções e empréstimos), destinados a encorajar a moradia autônoma dos jovens agricultores, já experimentados em certas regiões no ano anterior. Elas foram revalorizadas a partir de março de 1978 e reformadas ainda em janeiro de 1981: a primeira rubrica de empréstimos elevava-se a 300 milhões de francos. *Jeunes Agriculteurs* consagrou a esse tema sua capa em março de 1977 ("Habitação separada: pontapé indíca") e anunciou para "breve" o lançamento de uma "bolsa para moradia autônoma de jovens agricultores": "Morem finalmente em suas próprias casas! Para ajudá-los a arrumar sua própria moradia, ganhem cinco mil francos graças à nova operação CNJA Mobil" (*Jeunes Agriculteurs*, novembro, 1977). Para dar a exata medida do trabalho de informação e de publicidade feito em torno das decisões governamentais seria necessário relacionar os artigos, as fichas práticas publicadas regularmente pela revista e também os boletins internos destinados aos responsáveis pelo sindicato, sem esquecer as produções do resto da imprensa agrícola, que não são poucas.

2. O público atingido: importância numérica, importância política

As quase 105 mil DJA distribuídas de 1973 a 1985 não atingiram mais que

um terço das instalações efetivas durante esse período. A mesma relação de um em três entre o número de DJA e o total das instalações relaciona-se, em nosso estudo, à amostra de jovens recém-instalados (Champagne, Maresca, 1986, tomo 2:6-50). Em nível nacional, entre 1979 e 1985 – período de pleno progresso dos auxílios, assim como das estatísticas sobre os fenômenos de instalação (Rattin, 1981, 1984, 1986b, 1987) – as DJA chegaram a representar 52,7 por cento do total das instalações, ou seja, uma fração em nítido crescimento. Esse resultado é muitas vezes apontado como um dos sinais que mais provam a eficácia da política posta em prática, afirmação que permanece inverificável. É certo, ao menos, que *uma política incitativa, de caráter seletivo, é ao mesmo tempo uma política de dissuasão*. Isso pode ocorrer abertamente, como no caso presente, em que os responsáveis sindicais, administrativos ou políticos declaram freqüentemente só querer ajudar jovens se eles estiverem seguros de seu sucesso: “(...) não se presta favor a ninguém quando se auxilia um jovem a se instalar em uma exploração sem futuro”, disse o ministro por ocasião da entrega da centésima milésima DJA, em 13 de janeiro de 1986.

Mas a discussão opera igualmente de maneira ambiente, por um jogo contínuo e desigual de benefícios adquiridos por uns e recusados a outros (voltarei mais abaixo sobre esse efeito de exclusão). De maneira que o número total das instalações efetivas torna-se, ele também, em parte, o resultado da política conduzida em favor de um certo tipo de instalação. Mesmo se, por falta de informações, não se pode avaliar quantos candidatos eventuais à instalação decidiram finalmente não perseverar em seu projeto porque eles sabiam estar excluídos os auxílios ou mesmo muito longe dos padrões profissionais valorizados pela política posta em prática.

De fato, se considerarmos que, após 1981, os destinatários em potencial dessa forma de ajuda são, essencialmente, os filhos de agricultores de 21 a 34 anos, é com esse contingente que seria preciso relacionar o número de DJA atribuídas a cada ano. Só pude estabelecer tais números para 1983 (de acordo com Rattin, 1986c). Naquele ano, 652 mil filhos de agricultores entre 16 e 34 anos viviam em explorações familiares; eles só representavam a metade do número total de filhos de origem agrícola e da mesma faixa de idade, tendo os outros deixado a exploração de seus pais (28). Sobre estes 652 mil, 389 mil eram rapazes e, entre eles, 202.200 tinham de 21 a 34 anos.

(28) “Durante o período 1981-1983, 57 por cento das filhas de agricultores com idade média de 22 anos deixaram as explorações para 35 por cento de filhos com 24 anos. Além disso, estas taxas estão em progressão em relação ao período precedente (1979-1981), quando elas alcançavam respectivamente 49 por cento para as mulheres e 32 por cento para os homens. Apesar da diminuição sensível dos efetivos de jovens e das dificuldades de emprego não-agrícola, as saídas de filhos de agricultores pareceriam ainda progredir nos anos recentes. Dado que nesta população recruta-se a maioria dos novos chefes de exploração, mas também de suas esposas, esta situação só poderia levar, no estado atual das coisas, a uma diminuição acentuada do número de instalações, mas também a um agravamento do celibato entre os jovens agricultores” (Rattin, 1986c:27).

Nesse último grupo, 45,6 por cento exerciam uma profissão não-agrícola (muitos entre eles seriam então suscetíveis de partirem, por sua vez, nos anos vindouros) e somente 86.075 (42,6 por cento) trabalhavam na agricultura. Deste efetivo, falta ainda retirar os jovens já instalados, cerca de 20 mil indivíduos (29), para obter o número de destinatários em potencial das ajudas à instalação em 1983, que tem um aumento médio de 65 mil. Somente 14.996 DJA foram atribuídas naquele ano (30). Em outros termos, a subvenção teria atingido um quarto de seu público-alvo, o qual, como vimos, não representa mais que uma fração já muito reduzida do conjunto dos filhos de agricultores.

Se o fato de uma subvenção pública só atingir uma minoria fosse suficiente para questioná-la politicamente, dispositivos inteiros de auxílios achar-se-iam condenados em todos os setores. A maioria dos estudos disponíveis sobre os efeitos da política agrícola mostram, particularmente, que os subsídios públicos beneficiam geralmente uma pequena fração da população teoricamente interessada, aquela que tira partido freqüente de todos os auxílios disponíveis e acumula o benefício que proporcionam (cf. sobretudo Blogowski *et alii*, 1983, e o mais recente, *Cour de Comptes*, 1987). Além disso, por definição, uma política incitativa não proíbe ninguém de fazer o que ela não encoraja.

A distância – por mais que seja difícil medi-la – entre o número total de instalações na agricultura e aquele das DJA distribuídas no mesmo período de tempo é suficiente para mostrar que se pode sempre proceder à instalação sem auxílio. A própria lógica dos estímulos públicos – que só atingem voluntários – supõe que o fato de se colocar na condição de solicitantes é objeto de pura decisão pessoal. Assim, a medíocre importância relativa de beneficiários não é necessariamente considerada como uma fracasso, já que, muito freqüentemente, os promotores de políticas incitativas tendem a considerar os outros como indivíduos que não quiseram sua ajuda ou que não aceitaram fazer os esforços requeridos para obtê-la.

Além disso, os raciocínios desenvolvidos para demonstrar o sucesso de uma política ou sua importância baseiam-se mais freqüentemente, como vimos, sobre valores absolutos (número de DJA, rubrica de empréstimos JA, etc.) do que sobre valores relativos (proporção de instalações efetivas, percentual den-

(29) Entre 1981 e 1983 instalaram-se 18.800 filhos de exploradores, com idade de 20 a 34 anos (Rattin, *ibidem*, p. 34). Somente 2.100 viviam anteriormente fora da agricultura.

(30) Bem entendido, esta comparação só é válida à falta de outra melhor. Para fazê-lo de forma adequada seria necessário seguir uma coorte de filhos de agricultores da classe de idade requisitada, a fim de enumerar a cada ano aqueles que escolhem uma profissão não-agrícola, os que deixam a exploração familiar para instalarem-se como agricultores em outro lugar e os que a retomam; nessas duas últimas categorias, aqueles que se instalam antes de 35 anos e, enfim, os que recebem a DJA. Este trabalho não é realizável facilmente, pois exigiria observações ao longo de praticamente 15 anos e necessitaria do estabelecimento de um "observatório" das instalações bem diferente daqueles que existem atualmente, os quais só se interessam geralmente pelo futuro das instalações auxiliares em um período bem mais curto.

tro do orçamento, etc.). "Em matéria de instalação, a ação dos poderes públicos não tem equivalente em qualquer outro setor de atividades, mas igualmente em nenhum outro país da Comunidade Européia. A progressão dos auxílios diretos à instalação, após 1981, constitui um testemunho claro deste fato" (BIMA, 10 de setembro de 1984). Efetivamente, até 1984 o número de DJA pagas só fez aumentar, assim como o de empréstimos JA, apesar da seletividade crescente das condições de obtenção.

Se lembrarmos que a decisão de instituir uma dotação à instalação foi tomada sem saber exatamente quem a obteria, o fluxo de demandas ano a ano só poderia ser considerado como um sucesso por seus autores. A demonstração a fazer (e que foi feita) era que existia certamente um público beneficiário dessa subvenção. Quanto mais o público se estendia em número, mais convincente parecia a demonstração (31). *O principal sucesso político da DJA está localizado nesse reencontro entre um auxílio e seus beneficiários, entre um interesse político e um grupo efetivo, entre uma concepção economicamente sancionada de acesso ao ofício de agricultor e jovens capazes de apropriarem-se dela* (32).

Por outro lado, julga-se de boa política concentrar o interesse público sobre a minoria de agentes mais receptivos às incitações exteriores, sobre aqueles que "evoluem" (33). Os administradores dos tostões do Estado, destinados a encorajar transformações de natureza econômica, julgam globalmente mais rentável reservá-las àqueles que já asseguram a parte mais importante do resultado econômico do ramo da atividade envolvida. Os auxílios à instalação constam das medidas, visando modernizar a agricultura e aumentar sua adaptabilidade ao mercado; e elas atingem prioritariamente aqueles que se instalam mobilizando, de saída, um certo capital econômico, sinônimo de equipamentos

31) Da mesma forma, são muito frágeis os números que deram cabo politicamente do estatuto de associado de exploração e decidiram sobre seu "fracasso". A falta de realizações em número suficiente, permaneceu "letra morta". Notemos, nesse particular, que as apreciações sobre a importância do público atingido são elas mesmas objeto de debates. É claro, por exemplo, que se o CNJA mostrou-se sempre tão exigente sobre o número de instalações auxiliadas é porque seus objetivos explícitos tinham mais valor de reivindicação que de previsão. Sob esse aspecto eles nunca foram atingidos, mesmo durante a fase mais importante da política em favor de jovens agricultores (comparar os números do quadro 1 com os das citações reproduzidas p. 25 e 50 deste artigo).

(32) Sobre a homogeneidade prévia desse público-alvo, que o benefício de auxílios públicos só faz ir orçar, cf. Champagne e Maresca, 1986, tomo 2:6-50.

(33) "(...) Uma boa parte das pretensas resistências às mudanças provém da ignorância na qual estão os principais interessados do verdadeiro sentido dessas mudanças e do sentimento de impotência e de abandono que deles se apodera. Este relatório destina-se a provocar uma melhor consciência da natureza e da gravidade do problema agrícola, a denunciar as falsas soluções tantas vezes propostas e a recomendar as ações capazes de favorecer a evolução ajudando aqueles que evoluem." (Vedel, 1969:6, sublinhado por mim. Relatório pedido pelo governo. Este texto sobre a evolução futura da agricultura apareceu pouco após o plano Mansholt e contribuiu para animar os debates da época sobre a política agrícola).

modernos e garantia de rendas suficientes (cf. Champagne, Maresca, tomo 2:99-100).

É dessa minoria equipada que os peritos esperam o essencial da produção agrícola nas décadas vindouras (34). É igualmente sobre ela que os poderes públicos e as OPA contam movimentar, cada vez que lhes pareça necessário reorientar a atividade produtiva do ramo. Melhor equipados, melhor formados, mais jovens, os agricultores ajudados são supostamente mais receptivos às influências exteriores. Contemplar essa minoria modernista e produtiva é, portanto, apresentado como o método mais eficaz para facilitar, no futuro, o controle coletivo da produção agrícola (35).

Seria assim, certamente, se o benefício de ajudas à modernização ocorresse de forma simultânea à adoção, pelos interessados, de valores modernistas que inspiraram tal concepção, se os beneficiários da DJA se revelassem todos "criadores de empresas", formados em técnicas modernas de gestão e dotados de um senso permanente de adaptação. Nossas próprias pesquisas, assim como os julgos que circulam de forma corrente nos meios administrativos ou profissionais, indicam que não é sempre o caso.

Certamente, enquanto auxílio para dispor de capital líquido, a DJA tem um evidente poder de atração sobre todos aqueles que estão preparados há muito tempo para retomar a exploração familiar; o contexto econômico atual condicionando, com frequência cada dia mais intensa, o sucesso de uma instalação aos investimentos ou despesas importantes (mesmo que fosse somente para a compra das partes de irmãos e irmãs, mais vigilantes do que no passado da partilha de um patrimônio agrícola que adquiriu muito valor). Fora das exigências de formação (às quais as OPA permitem a adaptação gradativa), as condições de superfície e de idade estão frequentemente reunidas pelos candidatos que concebem sua instalação dentro de uma lógica, econômica e financeira, análoga àquela que inspira a política de auxílio. Entretanto, entre a instalação modelo e a realidade, bem que há acomodações; a DJA pode também ser obtida for-

(34) "(A) redução do número de explorações agrícolas não coloca em perigo, contrariamente ao que se pode ouvir aqui e ali, o potencial agrícola e agro-alimentar da França. Já se sabe que este está baseado, de fato, em um 'núcleo duro' de 400 mil explorações (...). No interior desse grupo, 380 mil explorações partilham, em 1980, 70 por cento do valor da produção agrícola francesa e 77 por cento da renda líquida que ela gera" (Magimel, 1986:20).

(35) Em outro setor, o mesmo tipo de lógica política do conjunto parece ter trabalhado contra o artesanato, nos diferentes ramos de produção onde este está presente: "(O artesanato) só constitui (...) uma parte mais frequentemente subordinada de ramos de produtos porque está limitada às empresas de pequeno porte; há então geralmente em cada setor um grupo de empresas de maior porte que exercem uma hegemonia sem ou contra o artesanato. E até aqui, o Estado preferiu apostar na modernização com as grandes empresas percebidas como as únicas capazes de assegurar o progresso da produtividade" (Auvolat, 1985:279).

malmente e ela não constitui sempre uma garantia contra fracassos posteriores.⁽³⁶⁾

Se considerarmos que eles se instalaram entre 1960 e 1970, que terão atravessado o período recente de modernização acelerada da agricultura e conseguido sobreviver economicamente com sucesso, por que seria preciso supor que apresentarão uma rigidez e impermeabilidade às mudanças que se atribuem aos chefes de exploração que têm hoje a mesma idade? No ano 2.000, sempre segundo essas previsões, 50 a 60 por cento dos agricultores de tempo integral terão entre 35 e 54 anos. Estes terão adquirido o estatuto de chefe de exploração a partir dos anos 70 e muitos terão recebido a DJA (basta – o que é provável – que eles tenham se instalado antes de 35 anos e que a subvenção tenha sido mantida nesse período). Ainda aí, e menos do que antes, não há porque duvidar de seu modernismo nem de seu êxito econômico, salvo se considerarmos que a modernização da agricultura se opera sem os chefes de exploração agrícola.

A consciência das incertezas inevitáveis, que cercam a atribuição e a influência desse tipo de auxílio, é transparente na forma pela qual é colocado o problema do envelhecimento da população agrícola, ou seja, na forma muito frequente pela qual esse envelhecimento é apresentado como um problema maior dos anos vindouros (cf. notadamente Honore, 1979). Apoiando-se em projeções demográficas disponíveis – que supõem o prosseguimento de tendências em curso, ignorando ao mesmo tempo o possível efeito das políticas concebidas para mudarem seu curso –, os autores desses exercícios prospectivos denunciavam como um grave perigo a forte e previsível diminuição do número de agricultores jovens no horizonte do ano 2.000.

Mesmo quando fazem alguma nuance, eles assimilam o crescimento da parte dos chefes de exploração mais idosos à redução das capacidades de evolução da agricultura francesa. “Não se trata de desprezar a sabedoria dos idosos. Digamos simplesmente que esse envelhecimento prepara mal a agricultura do amanhã para a flexibilidade na adaptação que exigem, desde hoje, as flutuações dos mercados internacionais, as exigências dos que controlam a distribuição alimentar e os caprichos dos consumidores” (Magimel, 1986:20) (37). Segundo as diversas hipóteses e previsões, os agricultores de 55 a 64 anos deveriam representar, no ano 2.000, 30 a 40 por cento dos chefes de exploração vivendo principalmente da agricultura (cf. sobretudo Rattin, 1980).

(36) “(...) Boa parte dessas instalações em zonas difíceis, apesar desta subvenção, apesar das condições de formação que ela exige, resultavam ao fim de quatro ou cinco anos em fracassos” (Magimel, 1986:20).

(37) Cito este artigo abundantemente porque ele pode ser considerado como exprimindo a opinião do sindicalismo agrícola dominante e seu autor é o diretor da agência de imprensa da FNSEA.

O catastrofismo das previsões demográficas é uma forma de ficção, que supõe que as mudanças registradas não seriam devidas àqueles que as realizaram, que só podem ter-se modificado ao longo do período (38). Nessa ótica, a agricultura teria se modernizado, mas não seus ativos e com os mais idosos tornando-se retrógrados, somente os mais jovens estariam abertos ao progresso. Esse pessimismo prospectivo nega qualquer efeito às políticas incitativas voltadas para impelir ao modernismo os agricultores de amanhã.

Essa oscilação entre uma e outra visão simplificada parece ser característica de discursos de inspiração política. A impressão de contradição que se produz talvez só seja o produto da aproximação (lógica) de discursos que, comumente, não são produzidos juntos nem com o mesmo fim. As previsões negras visam impor a necessidade da intervenção pública, mesmo com o risco de negar as evoluções já registradas, assim como o efeito das políticas empreendidas. De outro lado, os balanços imponentes de ações políticas passadas, ou em curso, objetivam justificar sua aparição atribuindo-lhes a responsabilidade das evoluções recentes.

O segundo tipo de deformação dos fatos é bem rentável politicamente, enquanto que o esquecimento no qual caem com freqüência as previsões, limita a amplitude do primeiro risco, qual seja, fazer parecer ineficazes as intervenções públicas (39). Esse jogo alternativo entre pessimismo e otimismo não po-

(38) Já destaquei esta tendência à negação de transformações efetivamente ocorridas, pela maneira como é normalmente afirmada a necessidade de formar "do exterior" os jovens agricultores às regras da economia, como se sua própria família fosse incapaz, não tivesse aprendido, na prática, a manter-se na agricultura (Champagne e Maresca, 1986, tomo 2:70-72). Nesse exemplo, a contradição encontra-se ainda reforçada pelo fato de que as formações contínuas — que asseguram a maior parte do nivelamento dos candidatos para a DJA —, não sendo levadas em conta nas estatísticas gerais sobre o nível de formação escolar dos franceses (exceto para os assalariados), o nível dos agricultores, mesmo os mais jovens, continua a parecer globalmente inferior àquele de outras categorias sócio-profissionais, o que justifica permanentemente a urgência reconhecida publicamente do problema da formação na agricultura e a elevação contínua das exigências da profissão sob este aspecto.

(39) O trabalho de previsão — tão técnico quanto seja para seus autores — faz concorrência direta ao jogo político de definição de fins e de meios para atendê-los, na medida que a prospecção pode, a todo momento, servir de referência para apreciar a eficácia das ações públicas. Entra, então, no jogo político a dúvida em torno das previsões ou a atribuição à sua lógica própria, mais ou menos lisonjeira, dos "erros" eventualmente registrados posteriormente na conduta das questões públicas. Mais, geralmente, a concorrência para impor ou contestar o fundamento das intervenções políticas passa pela manipulação dos elementos de descrição de realidades sociais, susceptíveis de serem politicamente transformadas. Para um testemunho sem ilusões sobre as resistências dos governantes ao estabelecimento de um sistema de previsão econômica e sobre o formalismo dos trabalhos de planificação, ver o livro de um antigo diretor do INSEE (equivalente francês ao IBGE), com o eloqüente título *Programar a esperança* (Gruson, 1970).

deria, em todo caso, desenvolver-se a tal ponto se as incitações políticas não fossem portadoras de toda uma significação simbólica, ou seja, se elas não tivessem a vocação de produzir símbolos – cuja eficácia social só se manifesta a prazo e indiretamente – mais do que resultados imediatos tangíveis.

Devido à ação pública e à constelação de discursos que a sustenta, a minoria destinatária de auxílios do Estado adquire uma importância que ultrapassa em muito os limites de seus efetivos. Os beneficiários da DJA não encarnam somente, a título pessoal, o reencontro lucrativo entre uma trajetória profissional – que já tinha boas chances de resultar em uma instalação bem sucedida na agricultura – e um encorajamento coletivo que vêm contemplá-la, tornando-a mais vantajosa ainda; eles são elevados à condição de exemplos para outros. Pouco importa que a política levada a cabo seja responsável pelas qualidades celebradas naqueles que ela estimula ou que estes se tenham distinguido precisamente pelas qualidades que já apresentavam por si próprios: o principal é adquirido *nesse ato seletivo que separa os eleitos dos outros e que os consagra como modelos para todos*.

A importância política dessa consagração é atestada pelo intenso trabalho de descrição de seu público, que acompanha toda política incitativa. Não se trata somente de verificar que a destinação das ajudas está de acordo com a regulamentação elaborada para a ocasião. Concentrando-se sobre aqueles que respondem favoravelmente aos estímulos públicos, trata-se, mais fundamentalmente, de justificar as vantagens que tiram daí e de mostrar em que eles eram os que mais faziam jus à intervenção da coletividade. Esse duplo cuidado de justificação – justificação do auxílio e de sua lógica seletiva, justificação das qualidades dos beneficiários – exige um trabalho de informação cada vez mais restritivo.

Basta reconstituir a bibliografia dos estudos estatísticos oficiais sobre o tema da instalação, para constatar o que se passou nos trabalhos sobre o conjunto das “entradas na agricultura” e que contribuíram para demonstrar a gravidade do problema da “substituição dos chefes de exploração” (Gagey, 1979; Rattin, 1980): há pesquisas levando em conta especificamente o ato da instalação (Labat, 1982; Rattin, 1981, 1984, 1986b, 1987); há estudos consagrados unicamente aos agricultores de menos de 35 anos (Rattin, 1986c) e, enfim, apenas aos beneficiários da DJA (Rattin, 1986d).

A literatura administrativa ou profissional concentrou-se cada vez mais na análise do “perfil do jovem agricultor”, ou seja, do chefe de exploração instalado com o benefício da DJA (ao mesmo tempo que outras formas de instalação permanecem mal conhecidas, quando elas não são simplesmente ignoradas). A assimilação entre “instalação” e benefício da DJA tomou-se a tal ponto freqüente que é, desde então, habitual empregar um termo por outro, sem sentir mais a necessidade de assinalar esta confusão: “Mais de 13 mil instalações foram realizadas em 1984. Nós estamos provavelmente abaixo de 10 mil em

1986. Se se quisesse renovar o número dos ativos agrícolas, seria preciso instalar 20 mil jovens por ano" (entrevista do presidente do CNJA à revista *Paysans*, junho-julho, 1986).

A noção de "instalação" – conceito sob medida para a intervenção coletiva nos processos de sucessão (Maresca, 1986) – torna-se assim cada vez mais sinônimo de instalação "modelo". Encarnando-a, o público beneficiário da DJA atesta seu valor e adquire, ele próprio, graças a esse fato, um valor exemplar que o intenso trabalho de consagração conduzido em torno dele leva-o a esforçar-se para impor a todos os agricultores atuais e futuros. Através dessa publicidade os promotores de tal política esperam ganhar aqueles que já estão preparados a se conformar ao modelo proposto ou, ao menos, a confirmarem sua opção profissional, a fim de que "o declínio dos efetivos não se acompanhe de uma perda muito importante dos melhores elementos" (Severac, 1979:27). Quanto aos outros, a seletividade do modelo e a exclusividade do interesse coletivo de que é portador seriam suficientes para desencorajá-los a optar pela agricultura, caso sua situação familiar ou econômica os tenha feito hesitar até então.

O interesse seletivo que contribuiu, nesses últimos anos, para fazer da instalação um problema político maior não deve fazer esquecer que a perspectiva de ver um filho abraçar o ofício de agricultor não se refere mais, desde então, senão a um minoria de famílias camponesas (cf. Rattin, 1986c). Assim, na amostra representativa de famílias agrícolas da Bresse, cujo chefe tinha, em 1984, entre 50 e 64 anos, pudemos estimar que a eventual instalação de ao menos um descendente tinha sido considerada (fosse ela seguida ou não de efeito) em, no máximo, um caso em três, e mais provavelmente, em um caso em quatro (cf. Champagne, Maresca, 1986, tomo 2:1). Em consequência, o estudo do impacto dos estímulos políticos deve procurar igualmente identificar os que eles não atingem de forma alguma, seja porque o comportamento encorajado publicamente não os concerne, seja porque eles já tinham adotado outra forma, ou sem sentir a necessidade de um apoio da coletividade, ou até mesmo recusando-o.

Tratando-se de um processo de instalação, o primeiro tipo de "indiferentes" parece ser, de longe, o mais amplamente disseminado entre os filhos de agricultores. É ao menos o que aparece em nosso estudo sobre a relação face às organizações profissionais de jovens recém-instalados (cf. *ibidem*, tomo 2:5-50). Esta baseou-se na análise secundária de uma pesquisa feita pelo correio, em 1981, através das OPA do departamento da Saône-et-Loire, endereçada aos chefes de exploração instalados com menos de 35 anos no mesmo ano ou um pouco antes (c. Lo at, 1984). Se bem que esse questionário não tivesse previsto alguma não-resposta as perguntas propostas, ele nos permitiu demonstrar uma forte correlação estatística entre o não-benefício da DJA e a falta de interesse em relação às OPA, ou seja, no caso presente, o fato de não responder às perguntas sobre sua ação em favor da instalação.

Insensíveis aos auxílios públicos (ou recusando suas condições), indiferentes às OPA, não respondendo em maior proporção às perguntas sobre sua idade a época da instalação, seu modo de instalação, as eventuais dificuldades encontradas, não tendo nenhum "projeto" formalizado, esses novos agricultores manifestavam, antes de tudo, que as organizações profissionais lhes eram estranhas, não tinham nada ou quase nada a ver com sua trajetória profissional. Pode-se supor, sem muito risco, que esse tipo de indiferença teria sido muito mais disseminado entre aqueles que não responderam ao questionário (cerca de metade da população consultada) e ainda mais por aqueles que nem foram interrogados porque se instalaram com mais de 35 anos.

3. Um estímulo para adiantar o inevitável

Uma política incitativa como essa age duplamente: ela define uma linha de divisão arbitrária entre os indivíduos e busca dar uma consistência real a essa nova divisão. Aqui, ela decreta quem merece, ou não, ser encorajado a tornar-se agricultor. Aos afortunados eleitos – que são também aqueles cujas chances de acesso ao ofício eram de saída as mais elevadas ⁽⁴⁰⁾ –, reserva todas as ajudas; para os outros, ela adiciona aos fatores objetivos que teriam dissuadido a maioria de retomar por conta própria uma exploração, a reprovação coletiva e a desvantagem suplementar que representa a recusa de qualquer auxílio. Um empurrãozinho político, que encoraja o que se anunciou ser o mais provável e que se desinteressa do que parece estar já comprometido ⁽⁴¹⁾, provavelmente

(40) Exceto os mais ricos, que não têm direito a nenhum encorajamento público, a DJA é recusada para os que possuem mais de 80 hectares ou de três vezes a SMI.

(41) Notemos que a lógica do mérito que norteia a atribuição de ajudas tende a se impor à visão que se faz do processo social a ser encorajado. Já que apenas um modo de instalação é publicamente valorizado, todas as outras formas de entrar no ofício viram pálidas imitações ou mesmo o caminho dos fracassados: supõe-se que, se alguns se instalam ainda "de outra forma", é por falta de êxito em fazê-lo como seria necessário. Quanto à multidão de filhos de agricultores que se orientam para outras atividades profissionais, chega-se a pensar simplesmente que eles não tiveram sucesso ao instalar-se (como se o desejo de fazê-lo fosse comum a todos) e que seria suficiente proclamar as vantagens do ofício ou ajudá-los a adotá-lo para fazê-los mudar de opinião. Para aqueles que encorajam a instalação por essa forma, um filho de agricultor que escolha deliberadamente uma outra profissão fica sendo aquele que "deixa" a agricultura e vai aumentar o "êxodo" agrícola (cf. notadamente a citação do CNJA, p. 2).

só faz reforçar a evolução em curso, contribuindo somente a fazer ocorrer (e eventualmente mais rápido) o que tinha as maiores chances de acontecer (42).

Mas não deixa de ter seus próprios efeitos. Em primeiro lugar, a regulamentação posta em prática e, principalmente, a intensa produção de discursos que a suplementa, contribuem para dar aos agentes envolvidos uma visão clara e convincente da evolução em curso, porque simplificada de uma maneira realista e politicamente sancionada. Os jovens de origem agrícola teriam necessariamente descoberto, por eles mesmos, que um mínimo capital econômico e de formação tinha-se tornado, hoje, indispensável para ficar na agricultura. Mas a ação coletiva lhes martelou essa evidência, juntando motivos suplementares para tomá-la em consideração. Assim – e aí reside o segundo objetivo da intervenção pública –, eles foram estimulados a anteciparem-se aos próprios fatos, ao contrário de ter que suportá-los passivamente.

Apresentou-se o argumento do caráter inelutável das transformações anunciadas para convencê-los de os preceder, se eles tivessem os meios para tanto, ou de tirar as conseqüências, em caso contrário. Impelindo-os a achar um mínimo de terra, a procurar uma forma jurídica de associação com seus pais ou a completar sua formação, a política de auxílio à instalação leva-os a realizar, de saída e de uma só vez, o que eles muito provavelmente teriam tido que fazer, mesmo mais progressivamente, para manterem-se na profissão. E exigindo todos esses esforços como prévios à instalação – desde então instituída como uma etapa decisiva –, ela dissuade aqueles que teriam encontrado grandes dificuldades para assumi-los um por um e pouco a pouco. Eles se auto-eli-

(42) A partir daí, visto sob um ângulo "técnico", o problema da eficácia pode também ser colocado em termos de "produtividade marginal das incitações financeiras" (para retomar uma expressão empregada por François Gouesse em nossas discussões). Dito de outra forma, quantas instalações altamente prováveis é preciso encorajar financeiramente para provocar algumas outras que não teriam talvez sido realizadas sem ajudas públicas? E qual é o custo financeiro marginal dessas instalações "provocadas" que, logicamente, representam a finalidade real da política posta em prática? Nenhuma resposta existe para essas questões, no estado atual de nossos conhecimentos estatísticos e nenhum esclarecimento dessa natureza parece estar sendo pesquisado pelos diversos parceiros das medidas em favor dos jovens agricultores. Ou destinam oficialmente seu apoio às instalações mais prováveis ("É preciso (...) evitar que os jovens agricultores que (...) se instalem de qualquer forma, não o façam em más condições, reforçando assim o caráter dual de nossa agricultura" – Didier Minot – membro do gabinete de Edith Cresson, em entrevista à imprensa de 14 de dezembro de 1982); ou atribuem a si próprios a paternidade das instalações beneficiadas por sua ação (cf. Maresca, 1986: 78).

dade, foi impossível deduzir um número de hectares dessa definição de princípio e os poderes públicos recorreram à opinião dos profissionais do setor, bem como às estatísticas relativas às estruturas agrícolas. Assim, a partir de 1968 a SMI foi determinada, por cada pequena região agrícola, por uma Comissão Departamental das Estruturas, com a obrigação de não fixar um limite inferior a mais de 30 por cento da média nacional das superfícies exploradas por chefes de exploração em tempo integral.

Em outros termos, a norma administrativa das explorações "viáveis" foi largamente calcada sobre características de superfície estatisticamente observáveis entre as unidades agrícolas que já apresentavam os sinais exteriores da rentabilidade econômica (45). A fixação regulamentar desse limite inferior de superfície parece, por conseguinte, só ter adquirido consistência real porque, na prática, ela retraduziu para uso administrativo a seleção econômica já em curso (46). Mas, redobrando essa evolução a nível do direito, legitimou-a ainda mais, de forma que a evolução recente das estruturas agrícolas tornou-se impensável sem a referência à SMI.

O efeito principal dessa nova política foi o de concentrar a atenção coletiva sobre as estruturas de exploração e de impor a idéia que convinha para transformá-las ou, ao menos, de acelerar sua transformação. Assim, deu-se início a um vasto empreendimento ideológico de redefinição das condições do exercício da atividade agrícola, na qual certas OPA tiveram um papel de primeiro plano (cf. Coulomb, Nallet, 1980). Essa produção incessante de relatórios de especialistas, de discursos políticos, artigos e reportagens sobre as novas explorações, sobre as condições de passagem do campesinato tradicional para a agricultura "viável", sobre as reconversões necessárias daqueles que não poderiam adaptar-se à mudança anunciada; todo esse trabalho de acompanhamento simbólico justificou a evolução em curso e contribuiu para *prover os agricultores de novas referências, politicamente sancionadas, para assumir as inevitáveis transformações de sua situação*.

"Nós temos (...) o sentimento de que era preciso que a França se tornasse, além de um grande país agrícola, um grande país industrial e que esta transformação não teria sido possível se o mundo camponês se colocasse no pólo oposto, refugiando-se em uma forma de *pujadismo rural* — um movimento político conservador dos anos 50 de base sobretudo rural. Era preciso, ao con-

(45) Por exemplo: em 1970, a média nacional foi fixada em 22 hectares. No máximo, 30 por cento das explorações francesas ultrapassavam então essa superfície.

(46) A SMI devia servir igualmente de base para a fixação das superfícies máximas autorizadas, no quadro da luta contra as concentrações de terra. Essa legislação permaneceu largamente inaplicável por falta de meios para recorrer à justiça em caso de infração. Mesmo assim as grandes explorações de tipo capitalista não se desenvolveram em larga escala.

trário, que ele aceitasse a evolução, que trouxesse sua contribuição para a evolução geral, mas que em retomo encontrasse a prosperidade e dinamismo. Pensamos ter servido ao interesse geral e é talvez esta *concordância entre nossas aspirações e as transformações que devia conhecer inelutavelmente nosso país*, que pudemos fazer avançar nossas idéias" (Humbert Buchou, antigo presidente do CNJA, em *Economie Rurale*, julho-agosto 1975:37; sublinhado por mim).

As projeções estatísticas feitas sobre a base das evoluções demográficas registradas antes ou no começo da instalação da política de estruturas (Grenier, 1969; Tonani, 1971), ou a partir de modelos de previsão dos anos 60, relativos à substituição dos chefes de exploração (Brun, Laurent, 1967) ou à evolução da estrutura da agricultura (Malassis, 1970), todas previram, a grosso modo, o número atual das explorações (as maiores defasagens registradas não excedem 60 mil unidades, mais ou menos, sobre um total geralmente superior a um milhão e 200 mil unidades). Como essas previsões foram elaboradas ignorando as ações políticas iniciadas posteriormente e que elas geralmente prolongavam as tendências observadas até então, a justeza de suas conclusões confirmaria, se fosse preciso, quanto a evolução recente da agricultura foi marcada por fatores principalmente econômicos e sociais que, na ausência de qualquer política voluntarista, teriam produzido os mesmos resultados de conjunto (47).

As mais realistas projeções são aquelas que partiam do estudo das diferentes estruturas agrícolas para estimar seu futuro diferencial. É assim que a análise econômica dos diferentes tipos de explorações presentes em 1963, permitiu a Louis Malassis prever, para 1985, a predominância de uma agricultura "neo-artesanal", o quase desaparecimento das "explorações de subsistência" (reponsáveis pela maior queda de efetivos agrícolas ocorrida desde então), um ligeiro desenvolvimento em número e em superfície de unidades em "duplatividade" e, enfim, um pequeno progresso dos empreendimentos "capitalistas". "É o modelo que prevê um futuro verossímil, caso nenhum corretivo de maior amplitude fosse efetuado na política presente e na evolução tendencial dos mercados" (Vedel, 1969:45).

(47) Algumas dessas projeções calculam mesmo a incidência relativa que fatores novos poderiam ter sobre a demografia agrícola. "Os cálculos mostram que, para mudar o sentido em um por cento da taxa de evolução fornecida pela projeção tendencial, seria necessário, por exemplo, que a taxa de entrada na agricultura dobrasse ou que a taxa de mutações (saldo negativo de entradas e de saídas entre 24 e 49 anos) diminuísse a um terço" (Gombert, 1979:11). A política de auxílio à instalação nunca conseguiu produzir tais mudanças. Finalmente, a perda de velocidade do êxodo agrícola, após 1975, parecia ligada principalmente à estrutura demográfica da população agrícola (pirâmide etária, natalidade). E, como anunciado, o movimento se reacelerou um pouco posteriormente, como aponta, entre outros indicadores, a baixa do número anual de demandas de DJA após 1984.

Pode-se notar a similitude entre as explorações que Louis Malassis chamava de "neo-artesanais" (48) e aquelas, "de tipo familiar", que queriam encorajar as leis de orientação dos anos 60. Entre o conceito econômico – que, como sublinhava o relatório Vedel, comportava um evidente "caráter normativo" – e a norma política da exploração viável – que tinha uma evidente base econômica –, entre o cálculo administrativo da SMI e as estatísticas agrícolas que ele utilizava, a correspondência era de tal forma estreita, que não é de surpreender que o estímulo político tenha parecido engendrar uma evolução que ela acompanhava tão de perto. Houve, assim, nesta ineficiência – embora devidamente constatada pela Administração (cf. Ministère De L'Agriculture, 1979, tomo 1:124-283) –, todos os ingredientes do sucesso político.

"(...) Enunciado performativo, a pré-visão política é, por si própria, uma ação que visa fazer advir o que ela enuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que anuncia pelo fato de enunciá-la, de antevê-la e de fazê-la pré-ver, de torná-la concebível e, principalmente, digna de crença e de criar assim a representação e a vontade coletiva que podem contribuir para produzi-la" (Bourdieu, 1981:69). Esse efeito de imposição da realidade pela força das representações parece efetivamente produzir-se em larga escala nos fenômenos, por sinal essencialmente políticos, de constituição de uma identidade oficial de grupos sociais, mesmo se for mais fácil medir seu impacto propriamente político do que sua incidência na realidade social dos grupos envolvidos. Porém, a questão da eficácia política parece-me mais difícil de resolver, no caso das evoluções sócio-econômicas em curso ou já registradas. No exemplo tratado aqui, a força das previsões políticas parece estar, sobretudo, no fato de que elas "estavam coladas" e acompanhavam bem de perto as transformações já em curso.

A coisa anunciada aconteceu (e, com ela, a convicção da força premonitória das previsões políticas) porque estava anunciada, justificada e encorajada politicamente, o que já estava começando a acontecer. É impossível, hoje, conhecer exatamente como as coisas teriam ocorrido sem essa sanção política que a acompanhou e se empenhou em reforçar a evolução constatada. Que a forte seleção dos agricultores no curso das últimas décadas tenha sido globalmente bem aceita, tanto por seus benéficiários quanto pelos excluídos, não prova que tudo teria sido de outra forma sem as medidas de incitação adotadas pelos poderes públicos. Passo então a considerar como central o interesse que numerosos agentes dos meios profissionais, administrativos e políticos tinham e têm sempre em celebrar a eficácia de sua política. Dito de outra forma, o sucesso de uma política seria dado e se imporia sobretudo no próprio seio do campo político.

(48) "Elas são explorações familiares de dimensão econômica relativamente satisfatória e progressiva" (Vedel, 1969:43).

IV. O sucesso de uma política

Os auxílios à instalação constituem uma forma de relançar a política das estruturas destinadas a aumentar a capacidade de adaptação dos chefes de exploração modernizados. Mas é precisamente no momento em que elas conseguem atingir quase todos os seus destinatários potenciais que se começa, como vimos, a registrar uma baixa no número de demandas de auxílios e, em consequência, de instalações auxiliadas. Portanto, estamos em presença de uma política incitativa que atinge o máximo de resultados possíveis e é alvo da concordância de todas as partes envolvidas sem, contudo, remediar o problema que ela estava encarregada de resolver em sua origem: a queda no número de instalações de jovens agricultores. Sem que se tenha provado também que ela teria permitido melhorar claramente a situação econômica dos chefes de exploração ajudados⁽⁴⁹⁾. Este exemplo parece de fato apropriado para interrogar-se sobre as condições do sucesso político e, mais geralmente, da intervenção política nas evoluções sociais.

1. Fenômenos sociais e sanções políticas

Pode ser útil começar pelo exame de um contra-exemplo. Em 1977, o Estado francês inaugurou uma política de auxílio ao retorno dos trabalhadores imigrantes, destinadas a estimular os desempregados estrangeiros a voltarem aos países de origem. No mesmo ano, ela foi estendida a certas categorias de assalariados. O novo poder de esquerda suprimiu tal política em 1981. No meio tempo, o número de nacionalidades suscetíveis de conseguir o auxílio tinha sido reduzido de 23 para 18, incidindo a exclusão sobre alguns que, desde a origem, mais se beneficiaram dela, como portugueses e espanhóis particularmente⁽⁵⁰⁾.

(49) Os primeiros dados dos observadores, estudando as explorações beneficiárias da DJA, revelam resultados econômicos mitigados (cf. Tilly, 1987). Por outro lado, esses observadores devem seguir os jovens auxiliados durante cinco anos, que correspondem à duração regulamentar das obrigações subscritas para receber a DJA (em particular sendo sujeitos à TVA, imposto sobre o valor adicionado, e tendo de manter uma contabilidade de gestão). Ignora-se quantos deram continuidade a esse esforço para além dos cinco anos. Solange Rattin (1987:54) avalia em 22 por cento a proporção de agricultores instalados com menos de 40 anos, entre 1983 e 1985, que se beneficiam de um auxílio para manter tal tipo de contabilidade, e em 16 por cento somente esta mesma proporção entre o conjunto dos agricultores com menos de 40 anos em 1985. Quanto a conhecer a evolução de seus resultados econômicos em seguida...

(50) Para uma história mais detalhada, cf. Lebon, 1984. Em maio de 1984, um novo dispositivo foi instaurado, chamado "auxílio à reinserção", cujos primeiros resultados são expostos em Lebon, 1987.

O primeiro balanço detalhado (Lebon, 1979) cobria o período de junho de 1977 a dezembro de 1978, durante o qual 24.461 processos foram examinados, envolvendo menos de cinco por cento dos potenciais beneficiários desse direito. Do total de postulantes, 60,1 por cento eram ibéricos, frequentemente trabalhadores isolados, celibatários ou casados, que deixaram suas famílias em seus países de origem; em resumo, imigrantes para os quais voltar para casa parecia fazer parte do processo de emigração, vivido como temporário. "O auxílio ao retorno constituiria menos uma medida de incitação que uma medida de acompanhamento, ou seja, ela sozinha não desencadearia a intenção de voltar para casa quando há fatores sócio-econômicos de peso que vão ao encontro desta decisão, fatores que podem estar ligados seja à situação do país na acolhida, por exemplo, à presença de filhos no meio da escolaridade, seja àquela do país de origem, como a improbabilidade de obter um emprego ou uma moradia; em contrapartida, ela poderia precipitar a resolução quando esta foi decidida e que os obstáculos são, por outro lado, conjurados." (Lebon, *ibidem*: 46).

Bastaria trocar "retorno" por "instalação" para que este trecho contivesse uma análise pertinente do impacto da política em favor da instalação⁽⁵¹⁾. Mas há uma pequena diferença: o auxílio ao retorno dos trabalhadores imigrantes foi considerado um fracasso, enquanto a DJA é saudada como um sucesso. Isso não se deve aos efetivos envolvidos, já que eles são pouco importantes nos dois casos⁽⁵²⁾. Mas esse resultado parece normal no auxílio à instalação, enquanto é apresentado como o mais certo sinal do fracasso no auxílio ao retorno. São as intenções políticas que mudam de uma para outra política. A primeira é seletiva porque, por princípio, ela só está destinada a uma minoria dos chefes de exploração modernistas, considerados capazes de vir a fornecer, sozinhos, a maior parte da produção agrícola nacional; enquanto o auxílio ao retorno tinha por vocação estimular todos os desempregados estrangeiros a deixarem o país. Apesar do estímulo financeiro a maioria deles ficou na França e o objetivo político fracassou⁽⁵³⁾.

Se a medida atingiu aqueles que já pretendiam voltar para seus países e que seu número revelou-se tão fraco, deveria ser fácil saber de antemão que

(51) Ou ainda "retorno" por "erradicação da vinha". Para uma análise igualmente pertinente da política de redução do vinhedo francês (cf. Bartoli, 1986).

(52) De 6 de janeiro de 1987 a 31 de dezembro de 1980 o auxílio ao retorno terá beneficiado 88.542 estrangeiros, para uma população imigrante que, durante o mesmo período, permaneceu consideravelmente estável na França: 4,100 milhões de pessoas (Lebon, 1984:161).

(53) Contrariamente à vocação original da ajuda, somente 11.890 estrangeiros beneficiários estavam sem emprego. A medida não contribuiu então quase nada para reduzir o desemprego, que só fez, ao contrário, aumentar mais rápido entre os estrangeiros do que entre os franceses. As observações feitas em pequenas amostras indicam, por outro lado, que um terço dos empregos liberados pelo resto dos beneficiários foi suprimido; somente a metade daqueles que foram mantidos foram ocupados por franceses (cf. Lebon, 1984:161-164).

a imigração temporária só representava uma pequena parte do conjunto da imigração em França. O auxílio ao retorno parece ser, então, sobretudo uma ação formal, que não difere quase nada dos auxílios à instalação na agricultura – dos quais também não se tinha previsto o impacto –, em particular dos mais simbólicos dentre eles, como os repertórios para a instalação. Mesmo apresentando poucos efeitos, mas largamente acompanhada de discursos de legitimação, a medida visava a provocar a crença na idéia de que a imigração podia também transformar-se em fluxo de sentido inverso, com o esgotamento da oferta de empregos que a tinha suscitado. A fraqueza do número de exemplos engendrados por essa iniciativa concebeu politicamente tal lógica, aliás fortemente criticada desde a origem.

Seu balanço político não é, entretanto, totalmente negativo e inscreve-se no quadro mais amplo da luta contra o desemprego. Já que esse problema tornou-se politicamente inevitável, os poderes públicos achavam-se obrigados a tentar todas as soluções possíveis, nos limites do campo de suas competências, mesmo ficando fora de seu alcance os mecanismos reais que concorrem para criar empregos nas empresas. Ter possibilitado o retorno a seus lares a 45 mil trabalhadores estrangeiros e suas famílias, pode ser valorizada como uma contribuição à redução do desemprego, para além de qualquer outra consideração sobre a eficácia e o custo do método. Nessa matéria só contam os números e a ilusão, politicamente mantida, de que elas devem apenas o essencial aos estímulos públicos.

Como se pode ver, *as interrogações sobre a eficácia direta ou o grau de realismo de políticas voluntaristas não são as mais pertinentes*. Primeiro porque elas pressupõem muito sumariamente a possibilidade de avaliar com objetividade seu impacto direto. A defasagem permanente entre os objetivos do CNJA e as realizações efetivas em matéria de instalação ou, em outro domínio, as polémicas recorrentes sobre os efeitos da política familiar no aumento do número de nascimentos ou, ao menos, na diminuição de sua queda, mostram bem a dificuldade de reter critérios de apreciação que não sirvam também de instrumentos de demonstração política. Por outro lado, a indigência e até mesmo a inexistência de procedimentos administrativos de avaliação das medidas postas em prática, são o sinal de que a questão de sua eficácia, colocada em tais termos, não é determinante na apreciação (política) da ação dos poderes públicos.

É preciso então ir além dessa questão para abordar o problema mais fundamental *da lógica das intervenções políticas*. Essas não são a retradução pura e simples, em termos de ação coletiva, dos problemas sociais que podem se colocar em um dado momento. A transposição do contexto social para o campo da intervenção política é somente parcial, já que o político não pode intervir em todos os domínios; mas ela é igualmente seletiva pois, evidentemente, não é rentável politicamente intervir em todos os planos em que isso seria materialmente possível. O próprio princípio de intervenção e sua natureza (financeira, regulamentar, etc.) são, por sinal, geralmente objeto de negociações, quando eles não são o resultado ou a causa de conflitos. Pois, para uma política am-

plamente aceita como o auxílio à instalação de jovens agricultores, muitos outros suscitam a controvérsia, a condenação de certas forças políticas ou, mesmo quando elas parecem ser admitidas, há manifestas divergências de apreciação sobre a maneira de aplicá-las, notadamente entre administrações ou diversos escalões de serviços administrativos.

Como identificar, então, o objetivo ou os objetivos da intervenção pública e, mais ainda, determinar se eles foram atingidos? Este tipo de interrogação evita de maneira simplista o problema da *concorrência política*, que se desenvolve inevitavelmente a respeito de toda ação pública possível entre os responsáveis, suscetíveis de se verem envolvidos com ela, de uma maneira ou de outra. O mais importante torna-se então estudar, o mais finamente possível, o conjunto de mediações que concorrem para constituir fenômenos sociais em problemas políticos, em "questões públicas".

2. A transposição política dos fenômenos sociais: questões e pistas para pesquisa

Numa primeira aproximação, supõe-se que os fenômenos sociais sejam levados ao conhecimento dos agentes políticos, diretamente ou através da passagem pelo que se convencionou politicamente chamar de "opinião pública"⁽⁵⁴⁾. Uma sociologia do tipo de conhecimento especializado e seletivo que os agentes políticos têm do mundo social, das maneiras pelas quais eles o constituem, o mantêm e o utilizam, seria particularmente útil para elucidar a origem das intervenções públicas. Mas, para permitir essas conclusões é preciso que a informação difundida seja portadora de oportunidades de ação pela força pública. É aqui que a mediação de estruturas de representação – qualquer que seja sua natureza – revela-se frequentemente determinante: pela capacidade que elas têm de fazer o conhecimento do problema em questão ir além daqueles que o vivem diretamente (tanto mais amplamente quanto elas são mais poderosas e melhor integradas no jogo político), mas também por sua capacidade de simplificar a informação sobre os fatos e de produzir reivindicações que são também chamamentos, politicamente constituídos, para a intervenção pública⁽⁵⁵⁾.

Entre o "sucesso" da DJA e o "fracasso" do auxílio ao retorno há, em particular, toda a diferença entre uma medida devidamente reclamada por um

(54) As sondagens realizadas pelo e para o CNJA, em 1972, tinham justamente um duplo caráter sindical e estatístico que reforçava seu impacto político: ao mesmo tempo, formulação de reivindicações e pesquisas de opinião, propostas sindicais e expressões da "opinião pública".

(55) O conflito conduz esta lógica a seu ponto-limite: pela violência política que exerce sobre os detentores do poder, ele impõe a necessidade de intervenção antes mesmo de lhes serem oferecidos os meios de intervir.

sindicato forte, associado de longa data à gestão política dos problemas agrícolas(56), e uma intervenção desprovida de canais de mediação política no meio da população que ela estava encarregada de mobilizar. Não se poderia compreender melhor a perpetuação de uma política natalista tão regularmente posta em xeque, quanto completada, se se ignorasse o poder político das associações familiares e o enorme peso das estruturas que dependem diretamente da continuidade desta política (caixas de alocação familiares, de aposentadoria, etc.(57).

Esclarecer as condições da intervenção política e de seu êxito necessitaria um estudo sistemático, detalhado e comparativo de vários casos de intervenções, ou de ausência de intervenção – seja porque certos fenômenos sociais não afloram nunca no registro político, seja porque a lógica dos investimentos políticos se inclina a não intervir sobre eles. Os exemplos deveriam ser tomados no período recente, a fim de facilitar a coleta de informações. Sua escolha seria guiada pela diversidade de tipos de iniciativas que ocasionam ações políticas. Pois seria preciso reconstituir a cada vez o processo de constituição política do problema considerado, avaliar as possibilidades objetivas que ele apresentava para a intervenção da força pública, recensar as medidas tomadas, apreciar seus efeitos (ou a ausência de efeitos, até mesmo os efeitos contrários ao objetivo perseguido) e, particularmente, o grau alcançado de sucesso político.

Esta análise de casos concretos poderia ser utilmente completada pelo estudo de diversos fatores, que participam permanentemente da inspiração e da orientação das ações políticas. Podemos apontar, entre outros exemplos (sem prejudicar da literatura existente sobre essas questões(58)):

- 1) a produção de estatísticas oficiais – como é determinado seu objeto? Em que contribuem para impor a atualidade de um dado fenômeno? Elas são empregadas também para medir o impacto das intervenções públicas? etc.;
- 2) o estabelecimento de estruturas políticas ou administrativas especializadas na cobertura de um problema particular – por exemplo, por que

(56) No caso, essa política é feita sob medida para uma faixa etária sindical. Com efeito, o limite de 35 anos fixado para o benefício da DJA é diretamente retomado dos estatutos do CNJA. Quando a comunidade européia decidiu, em 1981, ajudar os jovens agricultores, ela não tinha esse tipo de referência política obrigatória e adotou a idade limite de 40 anos. É inegável que a política francesa em favor da instalação, constantemente inspirada pelo CNJA, contribuiu a seu turno para assentar a autoridade política desse sindicato. Forte graças ao controle de uma política específica tornou-se parceiro estratégico na gestão do conjunto da política agrícola.

(57) Sobre a gênese da política familiar, cf. Lenoir, 1985. Para uma análise do mesmo tipo concernente ao domínio, próximo da gestão coletiva do envelhecimento, cf. Lenoir, 19 9.

(58) O artigo de Bruno Jobert (1985) abre interessantes pistas de reflexão malgrado sua postura muito abstrata, comandada pela ambição de “colocar as bases de uma teoria do Estado em ação” (p. 656), que desenvolve mais adiante o livro publicado recentemente com a colaboração de Pierre Muller (1987).

existe e se mantêm um Ministério da Agricultura, quando o do mar aparece e desaparece ao sabor das mudanças de governo, ou quando o artesanato só se beneficia de uma direção ministerial há bem pouco tempo? Mais geralmente, como se constituíram historicamente, como se constituem ainda o reagrupamento ou a dissociação dos domínios de intervenção, a criação de novas direções, de novos escritórios administrativos? Os remanejamentos dos organogramas correspondem às transformações efetivas do tratamento coletivo de problemas sociais? etc.; e,

- 3) o controle das intervenções políticas por instituições públicas ou independentes (Tribunal de Contas, escritório de "racionalização de despesas orçamentárias", "comitês de sábios", "altas autoridades", etc.) – qual a importância dessas estruturas, seu modo de funcionamento e a natureza de seu controle? Que influência podem exercer sobre a condução dos casos públicos? etc.

A análise da política de auxílio à instalação de jovens agricultores só me fez entrever a complexidade desse processo particular, que retraduz certos fenômenos sociais em termos de ação política. A análise empírica de outras intervenções públicas em realidades sociais revelaria, provavelmente, que ela não somente é complexa, mas diversa. É provável, com efeito, que tal trabalho de investigação levantaria ao menos tantas questões quanto as que resolveria. Mas, inspirado menos pela pesquisa de uma nova construção teórica, ou pela denúncia, para uso intelectual, do jogo político, que por curiosidade por certos fatos sociais concretos e sua elucidação, ele teria, creio, o principal mérito de produzir novos conhecimentos. O exemplo de estudo exposto neste artigo pretende fornecer uma ilustração dessa possibilidade, por modesta e inacabada que seja.

ABSTRACT

THE SUCCESS OF A POLICY – QUESTIONING THE SOCIAL EFFECTS OF POLITICAL ACTIONS

In France, public aid is given to encourage young people to become farmers. Though one can doubt whether it is efficient (there are not much more young new farmers and do they settle in better conditions?), it appears as an obvious political success. This kind of public incitement seems to have a small and rather indirect, mainly symbolic, influence upon socioeconomic trends which they merely accompany. This points out a more general and complicated problem: how does the political system translate the present social phenomena into "problems"? Why does it ignore some of them when it decides to take others in charge? Then, how does it choose its way of acting and achieve or not a political success? Only many empirical surveys could answer these questions.

RESUME

LE SUCCES D'UNE POLITIQUE – REFLEXIONS SUR LES EFFETS SOCIAUX DES ACTIONS POLITIQUES

La politique française d'aide à l'installation des jeunes agriculteurs est un exemple d'incitation publique dont l'efficacité est douteuse (il n'y a pas plus d'exploitants qui s'installent et rien ne prouve qu'ils le fassent dans de meilleures conditions), mais dont la réussite politique est certaine. Son analyse détaillée permet de mettre en évidence l'impact faible et plutôt indirect, essentiellement symbolique, de ce type d'interventions publiques dans les évolutions socioéconomiques en cours, qu'elles ne font, au mieux, qu'accompagner. Plus généralement, se trouve ainsi posé le problème complexe des multiples façons dont la politique retraduit les phénomènes sociaux du moment, depuis leur ignorance et l'absence d'intervention, jusqu'à l'action volontariste, politiquement réussie ou non.

BIBLIOGRAFIA

- AGRI-SEPT, (1984). *Le répertoire des aides à l'installation*. Paris.
- ALFROY, M. (1976-1979). *La statistique agricole française*. Paris, SCESS, Statistique agricole, supplément 'Série Etudes', 140, 9 tomes.
- A.P.C.A., (1978). *L'installation des jeunes agriculteurs*. Bibliographie n° 337, avril (trois additifs sont parus respectivement en juill. 1980, oct. 1981 et déc. 1983).
- AUVOLAI, M. et al., (1985) *L'artisanat en France. Réflexion générale et prospective*. Paris, La Documentation française.
- BECHET, P. (1975). "L'évolution des moyens de la politique agricole face aux objectifs assignés". *Economie rurale*, 108 (n° spécial: *Les lois d'orientation à l'épreuve des faits. Bilan et perspectives d'une politique agricole*), juill.-août: 27-29.
- BELLIARD, C. (1975). "La S.M.I.: un citère unique, des utilisations multiples et contradictoires". *L'information agricole*, 454, janv: 34-36.
- BLOCOWSKI, A. BOMPARD, J.P. DURIEUX, V. DECHAMBRE, B. POSTEL VINAY G. (1983). "Répartition de aides publiques aux exploitations agricoles adhérentes du RICA en 1979". *Cahiers de statistique agricole*, 616, nov-déc. 1-10.
- BONISSOL, C. (1983). *L'installation dans les pays de la C.E.E.* in CNASEA, 1983: 203-241.
- BRUN, A. LAURENT, C. (1967). *Perspectives de remplacement des chefs d'exploitation agricole d'après l'enquête au 1/10^e de 1963*, Paris, SCEES, Statistique agricole, supplément "Série Etudes", 28, juill.
- CHAMPAGNE, P. MARESCA, S. (1986). *De la succession familiale à l'installation professionnelle. L'exemple de l'agriculture bourguignonne*, INRA, Dijon-Paris, deux tomes.
- C.N.J.A., (1983). *Installation: relever les nouveaux défis*. Royan.
- COLLET, P. (1979). "Les prêts consentis aux jeunes agriculteurs". *Revue de droit rural*. 77 (n° spécial: *L'installation des agriculteurs*), mai-juin: 17-20.
- COTTON, G. F.N.S.E.A., (1975). "Analyse critique des lois d'orientation". *Economie rurale*, p.3-7.
- COUR DES COMPTES (1987). Rapport Public 1987, Paris, *Journal officiel*, juin.
- DAVID, J. (1985). "Observations sur le phénomène du GAEC père-fils". *Revue de droit rural*. 136, août-sept.: 368-371.

- (1987). "Les formes contemporaines de la transmission des exploitations agricoles". *Revue de droit rural*, 152, avril: 155-161.
- ENTRAID'OUEST, (1984). *S'installer, mais pas seul*, Dossier spécial, 94, oct.: 14-28.
- FAFEA, (1984). *L'accès des jeunes à la responsabilité de chef d'exploitation*, Paris.
- F.N. SAFFER, (1979). "Compte-rendu de l'Assemblée générale du 26 octobre 1978". *Revue de droit rural*, 77, mai-juin: 72-74.
- FONTAINE, P. (1982). "Bilan et nouvelles perspectives pour les SAFER". *Economie et finances agricoles*, avril: 16-18.
- FRAIGNEAUD, R. (1985). "L'installation des agriculteurs dans l'action des SAFER". *Revue de droit rural*, 136, août-sept.: 383-384.
- GAGEY, M. (1979). "Donnés sur le nombre annuel d'installations en agriculture". *Cahiers de statistique agricole*, 44, janv.-fév.: 5-515.
- GARROUSTE, B. (1983). *Aspects juridiques et institutionnels des aides à l'installation*. In: CNASEA, p. 133-175.
- GERVAIS, M. JOLLIVET, M. TAVERNIER, Y. (1976). "La fin de la France paysanne, de 1914 à nos jours", tome IV de *l'Histoire de la France rurale*, Paris, Seuil.
- GOMBERT, M. (1979). "Le déclin de l'emploi agricole: ralentissement passager?". *Economie et Statistique*, 117, déc.: 3-11.
- GRENIER, P. (1969). "Projections pour 1970 et 1975 du nombre d'exploitations et de la population active agricole". *Cahiers mensuels de statistique agricole*, déc.
- GRUSON, C. (1979). *Programmer l'espérance*, Paris, Stock.
- HONORE, M. (1979). "Problèmes posés par la diminution accentuée du nombre de jeunes en agriculture". *Cahiers de statistique agricole*, 49, déc.: 51-55.
- HUE, J. (1982). "Le financement du foncier". *Economie et finances agricoles*, avril: 19-22.
- INRA. (1987). *La transmission des exploitations agricoles* (textes présentés lors des journées d'études organisées par le service agricole du Commissariat général du Plan et le département d'économie et sociologie rurales de l'INRA, les 7 et 8 oct. 1986), Paris, Economie et sociologie rurales, série "Actes et Communications", 2, avril.
- JAUEFRET-GUERIN, H.M. (1981). "La surface minimum d'installation". *Economie et finances agricoles*, sept.-oct.: 32-35.
- JEUNES AGRICULTEURS. (1982). *S'installer en agriculture*, n° hors série, mars.
- JOBERT, B. (1985). "L'Etat en action. L'apport des politiques publiques". *Revue française de science politique*, vol. 35, 4, août: 654-682.
- LABAT, P. (1982). *Propriété familiale et installation des agriculteurs*. Paris, SCESS. Statistique agricole, supplément "Série Etudes", 206, nov.
- LACROIX, A. (1984). "La politique d'installation: bilan et perspectives". *Cahiers du CNEEJA*, 7, p. 79-90.
- LAOT, M. (1984). *Initiatives et politiques décentralisées pour l'installation en agriculture. Rapport de mission au Ministre de l'agriculture*. Quimper.
- LAROCHE, G. (1983). *Documentation en bibliographie*. In: CNASEA.
- LEBON, A. (1979). "L'aide au retour des travailleurs étrangers". *Economie et Statistique*, 113, juill.-août: 37-46.
- LENOIR, R. (1979). "L'invention du 'troisième âge' et la constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 26-27, avril: 57-82.
- , (1985). "Transformations du familialisme et reconversions morales". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 59, sept: 3-47.
- MAGIMEL, J. (1986). "Combien d'exploitations agricoles en l'an 2000?". *Paysans*, 177, juin-juill.: 19-22.
- MALASSIS, L. (1970). *Note sur le modèle néo-artisanal in VEDEL*, p. 42-46.
- MARESCA, S. (1986). "Le théâtre de la profession. Le contrôle collectif de l'installation des jeunes agriculteurs". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 65, nov.: 77-85.
- MINISTERE DE L'AGRICULTURE. (1979). *20 ans d'agriculture française 1958-1977*, Paris.
- MULLER, P. (1984). *Le technocrate et le paysan*, Paris, Ed. owrières.

- RAJAUD, B. (1975). "La portée réelle de la politique des structures suivie de 1960 à 1974". *Economie rurale*, 108, juill.-août: 9-13.
- RATTIN, S. (1980). "Le remplacement des chefs d'exploitation entre 1970 et 1975". *Cahiers de statistique agricole*, 5-6, sept.-oct.: 15-23.
- . (1981). "Les installations de chefs d'exploitation entre 1975 et 1977". *Cahiers de statistique agricole*, 5-6, sept.-oct.: 5 à 10.
- . (1984). "Qui s'installe sur les exploitations agricoles ? (période 1979-1981)". *Cahiers de statistique agricole*, 5-6, sept.-oct.: 27-37.
- . (1986a). "De plus en plus de GAEC?". *Cahiers de statistique agricole*, 1-6, janv.: 33-40.
- . (1996b). "Une installation pour deux départs entre 1981 et 1983". *Cahiers de statistique agricole*, 3-6, mai-juin.
- . (1986c). "De moins en moins de jeunes agriculteurs". *Cahiers de statistique agricole*, 4-6, juill.-août: 25-38.
- . (1986d). "Chefs d'exploitation ayant bénéficié d'une D.J.A. entre 1983 et 1985". *Cahiers de statistique agricole*, 5-6, sept.-oct.: 57-65.
- . (1986e). *La structure des exploitations agricoles*. Paris, SCESS, Statistique agricole, supplément "Série Etudes", 258, sept.
- . (1987). "Installations de chefs d'exploitation entre 1983 et 1985". *Cahiers de statistique agricole*, 2-6, mars-avril: 45-58.
- SEBILLOTTE, J. (1979). "La dotation d'installation aux jeunes agriculteurs". *Revue de droit rural*, 77, mai-juin: 6-16.
- SEVERAC, G. (1979). "Les justifications d'une politique d'installations des jeunes agriculteurs". *Revue de droit rural*, 77, mai-juin, 25-31.
- TILLY, P. (1987). "Etude des résultats 1981-1983 d'installations effectuées en 1980 d'après l'observatoire D.J.A.". In INRA, p. 45-52.
- TONANIN, S. (1971). *Projections pour 1975 de la population agricole familiale*. Paris, SCEES, Statistique agricole, supplément "Série Etudes", 73, fév.
- VEDEL, G. (sous la présidence de). (1969). *Perspectives à long terme de l'agriculture française (1968-1985)*, supplément au BIMA, 423.
- WOLFER, B. (1982). "Propriété foncière et usage des sols ou comment devenir agriculteur". *Revue de droit rural*, 103, mars: 79-87.